

ENFIM, BC CEDE E BAIXA JUROS

O ministro da Fazenda avalia que o corte na taxa Selic dá alento à economia e mostra a direção certa do governo. Haddad reitera compromisso com as contas públicas. O mercado está confiante

Foto: Lula Marques

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 7 de Agosto de 2023 N° 107

Ministra dos Esportes, Ana Moser fala sobre os desafios
Ação da Polícia Militar de São Paulo deixa 16 mortos
Carla Zambelli está envolvida em conspiração bolsonarista
Donald Trump é acusado de conspiração na Justiça dos EUA
Os 40 anos de três discos clássicos da 'niueive' brasileira

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Bia Abramo,
Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle,
Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto,
Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar,
Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira
dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora
Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther
Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade,
Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José
Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo,
Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,
Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

JUROS MAIS BAIXOS MELHORAM CENÁRIO

Após sete meses de pressão, finalmente o Comitê de Política Monetária volta atrás e coloca os interesses do país acima das preferências de Roberto Campos Neto, reduzindo a taxa Selic em 0,5%, ampliando a certeza de que o governo está no rumo certo em sua política econômica e social.

Página 10

ENTREVISTA. A ministra Ana Moser detalha os planos do Ministério dos Esportes

Página 4

ARTIGO. O governo Lula tem atuado com força retomar o crescimento e melhorar a vida das pessoas.

Página 14

BRASIL. Operação da PM São Paulo resulta na morte de 16 pessoas.

Página 15

GOLPISMO. Carla Zambelli é acusada de participar de complô para invadir computadores do TSE.

Página 17

EUA Indiciado por conspiração, Donald Trump enfrenta Justiça Federal

Página 18

COLÔMBIA. Prisão do filho de Gustavo Petro acirra crise política no país

Página 21

ECONOMIA. Artigo publicado na New Yorker examina a história do neoliberalismo

Página 22

MEMÓRIA Em 1981, greve do setor aéreo paralisou os EUA e foi esmagada pelo presidente Reagan

Página 30

MÚSICA. Discos de Ritchie, Lulu Santos e Gang 90 inauguraram a new wave no Brasil

Página 36

O ALERTA DE PEPE MUJICA

Alberto Cantalice

A recente crise na América do Sul tem atualmente seu epicentro na Colômbia, governada pelo progressista Gustavo Petro, e culminou com a prisão de seu filho por lavagem de dinheiro e financiamento ilegal. Longe de querer tecer juízos de valores morais ou assumir uma postura de udenismo redivivo, lembro de uma entrevista concedida pelo grande Pepe Mujica ao diário El País, da Espanha, em 2015. “Se misturamos a vontade de ter dinheiro com a política estamos fritos. Quem gosta muito de dinheiro tem que ser tirado da política. É preciso castigar essa pessoa porque ela gosta de dinheiro? Não. Ela tem que ir para o comércio, para a indústria, para onde se multiplica a riqueza”, declarou na ocasião.

Vítima de uma perseguição atroz por parte das forças conservadoras que dominam parte significativa do parlamento colombiano, Gustavo Petro lamentou a prisão de seu filho e garantiu isenção total nas investigações: “Como afirmei perante o procurador-geral, não vou intervir ou pressionar suas decisões; deixe a lei guiar todo o processo”.

Antes que a mídia nacional e internacional fizesse seu antecipado “julgamento”, o chefe de Estado se pronunciou. Acusação séria. Deve ser tratada com a devida importância que tem. Sem uso político por parte dos órgãos de controle.

Lá como cá, é preciso ter olho vivo com as tentativas de usurpação de poderes, fatos que aconteceram no Brasil com Dilma e Lula, na Bolívia de Evo Morales, no Paraguai de Fernando Lugo e na Argentina de Cristina Kirchner. Às vezes o golpismo se reveste de “legalidade parlamentar” ou de “investigação judicial”, para servir interesses políticos ou geopolíticos de oligarquias locais ou a interesses estrangeiros.

Quem sofreu as agruras do lawfare da fatídica Farsa Jato não pode achar que tudo isso é normal. Não é.

O funcionamento pleno dos poderes da República autônomos e independentes é fundamental para o fortalecimento da democracia. Por isso os princípios básicos do devido processo legal, o direito de defesa e ao contraditório figuram nas Constituições mundo afora. •



“ESTAMOS PRÓXIMOS DE RECUPERAR O ORGULHO DA CAMISETA AMARELA”

Esperançosa, a ministra acredita na força do esporte e no talento do povo brasileiro. Tanto que aposta fichas numa modalidade recente capaz de dar alegrias ao país: o break dance. Ela fala dos planos à frente do Ministério dos Esportes

Bia Abramo e Guto Alves

Não deu para a gente, ministra. A ex-jogadora de voleibol, medalhista olímpica nos jogos de 1996, recebeu a reportagem da Focus poucas horas antes da partida do Brasil contra a Jamaica na Copa do Mundo de Futebol Feminino. Ana Moser tinha chegado dias antes da Austrália. Ela tinha ido acompanhar a delegação brasileira e também conhecer o trabalho de australianos e neozelandeses na base do futebol feminino.

A ministra e ex-atleta estava com grandes esperanças, torcendo de verdade, de que a seleção de Marta, Ary, Debinha, Kerolin passasse pela fase de grupos no dia seguinte e continuasse sonhando com a taça. E com a camiseta amarela. Diz Ana Moser:

“Estamos bem próximos de recuperar 100% o orgulho de usar a camiseta, porque vai muito além. Eu acho que até o futebol feminino está nos ajudando a recuperar o gosto de usar a camisa amarela. Eu já usei duas vezes nos jogos do Brasil e vou usar de novo amanhã”.

Ninguém melhor do que uma atleta que já sofreu inúmeras derrotas duras em quadra para se recuperar depois do que aconteceu em campo na última quarta-feira, 2. Superar a decepção e tristeza de uma derrota, afinal, faz parte do cotidiano de qualquer esportista, em qualquer nível e modalidade. E a ministra tem mais do que motivação para seguir em frente.

Em sete meses na pasta, que tinha sido extinta na gestão anterior, o Ministério dos Esportes já conseguiu organizar as bases da-

quele que é um projeto maior e mais ambicioso, criar um sistema nacional de esporte para garantir a atividade física em todos os níveis e para todas as idades.

Conversamos com a ministra, gestora, ex-voleibolista e atual surfista sobre as entregas já realizadas nestes seis meses de trabalho e os planos para o futuro. E também, é claro, sobre esporte. Ana Moser, por exemplo, aposta que nas Olimpíadas de Paris em 2024, é o break dance que vai dar alegrias ao povo brasileiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Focus Brasil – A senhora esteve na Austrália acompanhando esse começo da Copa do Mundo de Futebol feminino, um momento muito interessante do esporte brasileiro. Como está vendo



a seleção de futebol que é o esporte, digamos, símbolo do país agora tão fortemente representado pelas mulheres?

Ana Moser – O resultado da seleção feminina em campo é muito importante para o todo. Eu falo muito da experiência que eu tive no voleibol, como foi a construção da minha imagem do voleibol frente ao público de uma maneira geral, que é uma constância de resultado, de desempenho que fomos galgando: campeonato sul-americano primeiro, mundial, depois olímpico, depois bicampeão olímpico. É uma trajetória com muito investimento. Então, olhando para o futebol feminino, penso que terá mais força junto ao público quando também estiver influenciado por um uma constância de resultados internacionais. Mas isso não diz tudo do que é o potencial do futebol feminino para desenvolver o esporte feminino. Muito além disso, há a inserção, a inclusão da mulher dentro da so-

cidade. Nós sempre tivemos isso na perspectiva. Todo esse governo Lula, a composição dos ministérios, mais mulheres em lugares de poder. E a relação com o futebol feminino é muito simbólica, muito forte. A cultura do futebol é muito forte no Brasil, mas ainda é muito mais masculina, é 100% masculina. Inserir a mulher dentro desse contexto é furar bolha num contexto, socialmente, muito importante. Quando nós fomos à Austrália e à Nova Zelândia, sentimos de forma concreta o que já está avançado lá, esses países estão alguns anos à nossa frente. É um movimento que lá veio anteriormente, com uma visão de legado, que acontece inclusive muito antes do grande evento. A preparação para o evento tem questões de direcionamento de política pública - que tem esse poder de provocar, de induzir o funcionamento da sociedade e implementar várias melhorias para o esporte feminino. Desde melhores horários à facilidade

de ter equipamentos ou vestiários próprios para as meninas ocuparem. É esse o contexto do futebol feminino. Vamos torcer para o Brasil contra a Jamaica, mas ganhando ou perdendo, esse processo que se inicia com a candidatura do Brasil para a Copa do Mundo de 2017 traz todas essas questões que vão além do resultado dentro de campo.

– A população está abraçando o futebol feminino. Pessoas que nunca comentavam o evento estão acompanhando e compartilhando. Uma usuária do Twitter postou que seu pai a havia lhe telefonado às 6h para ver o jogo, algo antes exclusivo do futebol masculino. É disso que fala quando cita a transformação na dinâmica social?

– É disso que a gente está falando mesmo: são pequenas questões que vão mexendo na dinâmica social com a influência cultural do futebol. Então, esse exemplo que

você trouxe de o pai avisar a filha sobre uma partida, por exemplo, não sei se ele falaria com a filha num jogo do masculino, né? São muitas histórias, nas quais essas questões culturais vão ficando muito claras. Isso de [assistir ao jogo] virar um programa de pais e filhas. E tem também agora o pai levar a filha para os jogos. O pai tradicionalmente sempre leva o filho homem. Até na questão do negócio mesmo influencia: o retorno dos investimentos de patrocínio lá na Austrália, o que a gente ouviu durante a visita, é que estava no nível de US\$1 para US\$7 de retorno de patrocínios para produtos relacionados ao futebol feminino, porque o futebol feminino traz valores de família, valores de congraçamento, de união, de fazer junto, de compartilhar, valores que são atribuídos ao feminino e que chamam atenção. O que temos visto é que a sociedade responde bem a essas a esses estímulos. Foram vendidas mais camisetas da seleção feminina da Austrália no primeiro dia da Copa do Mundo feminina do que no último dia da Copa do Mundo do Catar. Além de todas as questões sociais, é um mercado muito grande que se abre. É uma relação que eu acho importante para o Brasil, que pode se beneficiar muito do esporte e para a sociedade de uma maneira geral, com um espaço maior de aceitação, de frequência de presença da mulher na nossa sociedade. São questões que até hoje estão aí e que precisam ser quebradas. O Brasil tem dificuldade de quebrar questões de respeito à mulher e o esporte pode ter uma contribuição muito grande.

– Desde que aceitou o convite do presidente Lula para assumir o cargo de ministra, a senhora bate na tecla do direito constitucional à prática do esporte e da descentralização dos investimentos nos vários

esportes praticados no Brasil e do abandono dos últimos anos. Como tem sido o trabalho no ministério até agora? É uma reconstrução?

– É uma reconstrução no sentido de que não era mais ministério e voltou a ser. Tivemos de recuperar a estrutura institucional, formar equipe, teve tudo isso. Mas é uma construção também, porque o esporte não é formal. Não existe um sistema. O pessoal mais antigo aqui diz que o [Ministério do] Esporte hoje pode se comparar com

O BRASIL TEM DIFICULDADE DE QUEBRAR QUESTÕES DE RESPEITO À MULHER E O ESPORTE PODE TER UMA CONTRIBUIÇÃO

a Cultura no primeiro governo do presidente Lula. Hoje, a cultura já têm um sistema. Mesmo tendo sido destruído, inclusive o ministério em si, os fundos se mantiveram. Nós não temos isso aqui ainda. Só para se ter uma ideia, o orçamento do início do ano do ministério era de cerca de R\$ 200 milhões, mais as emendas parlamentares. Já estamos em R\$ 900 milhões. Tivemos, portanto, aí um aumento de R\$ 700 milhões. Isso garante bolsa atleta, manutenção dos parques olímpicos do Rio de Janeiro...

Para o Brasil inteiro, para todas as ações. E também para todas as demandas com jogos escolares brasileiros, com outras competições, com programas. O desafio das emendas... Não é que elas sejam criminosas, mas precisamos saber para onde são direcionadas. Para determinadas regiões, conseguimos também ter uma construção de um cardápio que oferecemos para os parlamentares, como os nossos desenhos de programas para atender crianças e jovens no contraturno, adultos, idosos, competições escolares, essas outras atividades. A gente apresenta, mas mesmo assim, não é ainda uma política, é uma execução de projetos. O ministério tem boa parte da estrutura como executor de projetos e menos de formulação de política pública. Nós aprovamos esse ano a Lei Geral do Esporte, que é a definição do Sistema Nacional do Esporte. E estamos elaborando o plano nacional, que é o sistema em implantação pelos próximos anos, esse desenho de implantação do sistema. Esse foi o grande trabalho do primeiro semestre, articular toda essa rede de membros do sistema. A construção das bases para termos um pacto nacional em torno de metas de desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões e construir as parcerias com as outras pastas. Foi um semestre de muita construção, com muito de pactuação de políticas transversais. Além de retomar diretamente o bolsa atleta, batemos um recorde de beneficiados nesse ano: temos editais de skate, editais de retomada de programas antigos do ministério como o Segundo Tempo, como o programa de esporte e lazer da cidade, Mais Vida Saudável. E colocando aí tudo o que nós temos de recurso e buscando ainda mais recurso para o esporte, como parcerias com CNPQ pra bolsistas e outras parcerias pra buscar recursos com as empresas estatais,

buscando exatamente trazer essa convergência. O Ministério do Esporte nunca vai ter o recurso para fazer o atendimento direto a toda a população, para garantir esse direito de todos. É preciso buscar as articulações e as maneiras tanto no nível federal quanto no nível dos estados e dos municípios para que ocorra essa convergência de recursos.

– E a regulamentação do repasse das loterias. O que está em jogo?

– Primeiro, existe autonomia do sistema esportivo. Os governos não podem influenciar nas regras das competições, na autonomia da gestão, modalidades, seleções, clubes, enfim, uma maneira de se organizar a relação com as federações internacionais e com o Comitê Olímpico Internacional. Essa é a autonomia esportiva que existe e o que se coloca na legislação desde a Lei Pelé. São as regras para utilização dos recursos públicos, ou seja, em resumo, a utilização dos recursos públicos tem que ter finalidade pública. Na Lei Pelé existia a previsão de contratos de desempenho entre o governo e essas instituições pra organizar a utilização do recurso das loterias, que é recurso público disponibilizado mensalmente, que vem da premiação das loterias federais dentro de uma legislação que regula isso. Só que o contrato de desempenho nunca foi executado. E a justificativa dada era a de que precisaria ter um plano nacional que não existia. Não existiam metas acordadas num plano nacional, o que prejudicaria uma derivação para um contrato de desempenho, que teria essa nivelção pelas metas do plano. Apesar de estar previsto, nunca foi executado. É preciso que se preencham as lacunas do esporte brasileiro, que começam pela forma e estruturação de uma visão de futuro, de um planejamento de uma busca de objetivos comuns e

de otimizar os recursos pra alcançar esses objetivos. É preciso, por exemplo, que as instituições do esporte tenham um compromisso com o desempenho de medalhas, de conquistas internacionais, mas também de número de participantes, de número de atletas que englobam dentro das suas estruturas federativas no nível nacional, no nível estadual. Esse é o compromisso. Todo esse barulho está nesse contexto. Não é nada fora do que do que se tem em todos os países. Na Austrália é

É PRECISO BUSCAR NOVAS ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR O DIREITO DE TODOS NUM CENÁRIO DE ATENDIMENTO SOCIAL EM VÁRIAS ÁREAS

assim, na Inglaterra é assim... Nos outros países é assim que se tem uma gestão da política nacional centralizada no ministério. É o que esse governo está propondo.

– Quais são os planos para que a gente seja um país em que o esporte esteja inserido na vida das pessoas cada vez mais, em todos as dimensões e categorias?

– Existe um pressuposto conceitual que dá a base para o novo sistema nacional de esporte, que é uma visão de que toda a popula-

ção tem que estar inserida, da formação esportiva de crianças e jovens passando pelo esporte que a gente chama de formação esportiva num dimensão mais geral. É o esporte para toda a vida: saindo da fase escolar, tem as outras atividades físicas, o esporte amador... O esporte competitivo, em termos de volume é coisa de 4% da população no máximo. Eu uso a maior parte do recurso disponível hoje porque o recurso para o esporte é pouco. Trata-se de ampliar o recurso para o esporte. Nessa visão é o esporte para jovens, para adultos, atividade física para a terceira idade. Quando a gente fala em direito de todos, é o direito de todos e também adequado para cada fase da vida. E isso muda, né? É preciso oferecer diferentes possibilidades de acesso. Só que para isso eu preciso de recurso. Nós temos realmente um caminho muito longo a seguir. Ele começa num reconhecimento do que nós temos hoje em dia no Brasil, que é tudo totalmente informal. Nós temos no Brasil um “sem número” de ONG's, um “sem número” de projetos das mais variadas bases, desde grandes programas a professores que levam a bola no porta-malas do carro e oferecem pra turminhas aqui e ali, projetos em escolas, postos de saúde que têm atividade física, a gente tem atividade física em CRAS, CREAS, em equipamentos da assistência social. Eu vejo atividade física e esporte em vários lugares, só que não alinhados. E quando não há esse alinhamento, isso não se garante. Nossa estratégia começa num olhar para o território. Estamos desenvolvendo projetos-piloto em alguns territórios do Piauí, Ceará, aqui no Distrito Federal, Bahia... Já estamos avançados na articulação de chegar no território, de fazer um diagnóstico e canalizar recursos para fomentar e estabelecer metas de avanço, estabelecer a conexão entre es-

sas instituições. Estabelecer uma corresponsabilidade da Educação com o número de alunos que realmente fazem atividade física... É complexo, por que 70% da nossa população é sedentária. São essas questões que nós temos que desenvolver. Capacitar professores, qualificar uma série de níveis de prática e de gestão do esporte e da educação física, da atividade física para que possa ir construindo. É muito mais uma construção de um sistema que não existe, estabelecer um cadastro nacional de esporte. O cadastro nacional dessas instituições que são invisíveis, que não são reconhecidas.

– **O trabalho parece ser de uma revolução futura...**

– Uma revolução. E não é um trabalho para quatro anos. Mas a base que a legislação do Sistema Nacional e do Plano Nacional proporcionam, pode fazer essa construção. Ao mesmo tempo, você tem que buscar canalizar recursos para ter entregas. E é isso que a gente vem buscando e brigando, por recurso dentro do próprio governo.

– **Qual o desafio para transformar essas políticas que a senhora está correndo atrás em políticas de Estado, não só de governo?**

– Assim que os municípios entram no sistema, aderirem ao sistema, eles têm que construir o seu plano municipal, o seu conselho municipal e o seu fundo municipal. Fundo é uma questão que nós ainda não resolvemos no nível federal porque na nossa Lei Geral não deu pra incluir o fundo. O fundo tem que ser construído. A cultura tem vários, o esporte não tem fundo nenhum. Um fundo nacional para que possa ter essa política de financiamento nos outros estados e municípios, em todos os níveis federativos em suma, para poder viabilizar. Não existe política sem financiamento. Não existe sistema

sem fundo, então é esse trabalho dos municípios estarem aderindo ao sistema ao passo que estão se estruturando também e formalizando as suas estruturas do esporte em nível municipal e federal.

– **A senhora pertence a uma geração de esportistas que, quando deixaram de ser atletas de alto desempenho e pararam de competir, começaram a se preocupar com o esporte fora da competição. Aqui penso no Raí, na Paula do basquete etc. O que**

É PRECISO QUE AS INSTITUIÇÕES DO ESPORTE TENHAM UM COMPROMETIMENTO COM O DESEMPENHO DE MEDALHAS, DE CONQUISTAS

moveu essa geração de vocês?

– Eu não sei dizer, mas aconteceu mesmo isso. Tem também o Lars Graell... A família Graell toda era o Rumo Náutico, criaram lá em Niterói, o Raí fez o Gol de Letra, a Paula fez o Passe de Mágica, além da vivência dela na gestão pública, a Fernanda Keller, também tinha um projeto lá em Niterói... Penso em algumas hipóteses aqui. Acho que primeiro teve uma consciência, nós todas viamos do esporte amador e viramos profissionais. Eu fui isso, a Paula também provavel-

mente, somos da mesma geração. A relação que a gente tem com o esporte e pelo esporte é muito grande.

– **Como é que foi para a senhora parar de ser atleta, começar a se envolver com uma organização de incentivo ao esporte e até virar ministra? Como é que foi esse percurso?**

– Eu criei o Instituto Escola de Educação em 2001. Eu parei e já tinha um projeto que tinha o nome que estava relacionado ao voleibol, e aí apareceu uma empresa querendo fazer esporte para todos, em comunidades, isso em 2000. E aí demorei um tempo para organizar uma instituição e até para me preparar para poder trabalhar de acordo com todos os desafios. Comecei a ONG, a me formar na área e brincar de fazer política pública dentro da ONG. Dentro do instituto, nós atendemos mais de 20% dos municípios brasileiros em 20 anos.

– **A senhora comparou em algum momento o aporte, os aportes da cultura com os do esporte. A senhora avalia que a organização que há nos trabalhadores da cultura, falta nos atletas e trabalhadores do esporte?**

– Sempre ouvi isso. Eternamente ouvindo que atleta é desunido e que o esporte é desunido e que a cultura vem com uma força de mobilização, a vida inteira realmente ouvindo isso. E é verdade, realmente acontece. E até a organização dos atletas e do esporte que existe hoje mira muito o exemplo dado pela cultura, no sentido de se estruturar, de ter discurso alinhado, de defender as causas próprias. Tudo isso eu acho que é um processo. Se você olhar dez anos atrás, nós não tínhamos comissões de atletas nas confederações. Agora, atleta é realmente diferente de artista. Atleta tem prazo de validade e nesse tempo ele

treina, joga, descansa, faz fisioterapia. A vida dele é muito voltada para isso, é muita dedicação, muito desgaste físico, muita viagem. Artista, quanto mais experiente, quanto mais velho, mais condição tem inclusive de argumentar e participar de debates da vida política como cidadão, como sociedade civil organizada. Então tem essas diferenças de características, mas tem sim uma organização mais recente no esporte, que vem do seu jeito se organizando.

– **Nas últimas Olimpíadas, vimos o skate feminino brasileiro brilhando, ganhando medalhas importantes. Nesse sentido que a senhora menciona aí do futuro, quais são as novas modalidades com as quais podemos ter essa expectativa?**

– Olha, no detalhe não sei fazer essa análise, mas no feeling eu diria: não tem modalidade em que o Brasil não possa se desenvolver, se apresentar e fazer bonito. A última até agora é o break dance. Nesse final de semana, teve o Campeonato Brasileiro de Break Dance e é super legal. Eu já frequentei muito os CEU's (Centro Educacional Unificado) de São Paulo e vi essa modalidade se desenvolvendo. Os meninos e as meninas já vinham com uma riqueza motora incrível, dançando break, é incrível o que eles fazem. Á época, a gente pensava: se pegar toda aquela riqueza motora e botar para fazer ginástica artística... Eles praticamente já chegam prontos... E hoje, desenvolveram sua própria modalidade, que está reconhecida, e se organizam também de maneira própria em ONGs ou equivalentes... Não é igual clube de futebol ou outros clubes esportivos como em outras modalidades. E isso é um jeito do Brasil, que é capaz de transformar uma cultura motora em modalidade e rapidamente se organizar. Foi a mesma coisa com

o skate, os chamados X Games, todas essas competições fora do circuito olímpico. Já era muito forte no Brasil, sempre muito forte, e agora formalizando, tem como competir e fazer bonito. Voltando à pergunta inicial: no Brasil, tem um pouco de tudo com qualidade. E uma vez que se desenvolveu, a gente pode esperar bons resultados. Por exemplo, a partir dos grandes investimentos que foram feitos antes das Olimpíadas de 2016 no Rio, todas as modalidades passaram a ter estrutura,

NÃO COMEÇAMOS A JOGAR QUERENDO IR PARA AS OLIMPÍADAS. ESSA RELAÇÃO NÃO ERA ASSIM COMO É HOJE EM DIA. EU ME VIA COMO PRIVILEGIADA

como já se viu na Olimpíada do Rio, depois Olimpíada de Tóquio e agora na próxima, em Paris, o país também deve ter bom resultado. E eu aposto que as pessoas vão ficar encantadas com break dance.

– **O esporte, ao lado da música brasileira, é um dos campos simbólicos em que o Brasil se excede e se supera. É possível vestir a camiseta verde-amarela, depois de ela ter sido sequestrada pela extrema-direita?**

– É possível. Estamos bem próximos de recuperar 100%. Até o futebol feminino está nos ajudando a recuperar o gosto de usar a camisa amarela. O esporte tem um poder que é único. A cultura também consegue, mas no esporte tem a questão da disputa esportiva que é imprevisível. É uma disputa com o outro, é uma disputa pra ver quem é mais competente: isso é competição, é provar a competência diante das outras nações. Ou seja, simboliza a competência de todo um povo, não é só do atleta. Esse é o simbólico que, quando você, muito gentilmente coloca sua emoção, quando lembra das conquistas das quais eu participei... Você olha para mim, lembra daquela conquista, lembra daquela emoção. Esse é o poder que o atleta tem, que o esporte tem de marcar as pessoas com emoções positivas, emoções de construção, de superação, de identidade, de projeção de desejo, desejo no sentido de conquista... De poder dizer: "Puxa vida, nos respeitem, somos bons". Esse é um poder muito grande mesmo que o esporte tem - estou falando do meu lado, da minha experiência de vida. Isso me abre muitas portas, me coloca numa posição das pessoas para rem para me ouvir, pelo menos na primeira vez. E depois eu tenho que entregar conteúdo porque só essa imagem, essa lembrança ela não garante longevidade, mas garante um primeiro contato, uma credibilidade. Mas tem que ser um cuidado Peter Parker: você tem que ter responsabilidade sobre tudo isso e um compromisso que tem que ser para o bem de todos. Também tem outras questões, aquelas mensagens, que ficam na nossa cabeça: se não está bom pra ninguém, não vai estar bom para mim se não estiver bom pra todo mundo. São essas questões que vão mantendo viva essa memória. •



RUMO CERTO Sob a liderança de Lula, o ministro Fernando Haddad conseguiu mudar radicalmente – e para melhor – o cenário econômico. Governo conseguiu a proeza de agradar ao mercado e melhorar a vida do povo brasileiro

JURO MENOR? AGORA, VAI!

Finalmente, após seis meses de completo imobilismo, o Banco Central cede e reduz em 0,5% a taxa básica de juros da economia. Haddad comemora: “Mostra a direção certa do governo”. Mas ainda é tímido: “O corte de meio ponto na taxa Selic não muda o fato de que o BC segue impondo ao Brasil a maior taxa de juros do planeta”, lembra a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Demorou, mas finalmente o Banco Central saiu do imobilismo que representou um garrote sobre a economia brasileira e decidiu reduzir a taxa básica de juros da economia, a Selic. Na quarta-feira, 3, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou um corte de 0,5 ponto percentual na taxa. Isso representa um alívio para a economia brasileira e mostra que

o governo está na direção certa. “Um avanço no sentido do crescimento econômico sustentável para todos”, comentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas o fato é que o Brasil continua detendo o inacreditável título de país com a maior taxa de juros real do planeta. Isso precisa mudar.

O choque de realidade que o governo Lula vem aplicando nos últimos seis meses no país – com

sucessivos indicadores positivos na economia e arrancando elogios na imprensa internacional e em agentes do mercado financeiro – parece ter tirado o Copom do sono profundo. “Considerando os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano”, disse o comunicado. “E entende que essa



Marcos Oliveira/Agência Senado



Lúlia Marques/Agência Brasil

TRAVA IDEOLÓGICA Indicado pelo governo Bolsonaro para presidir o BC, Roberto Campos Neto foi duramente criticado por impedir a queda dos juros. Ele é o responsável por atrasar a retomada, diz a deputada Gleisi Hoffmann

decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau menor, o de 2025”.

“Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”, cita o Copom, cuja votação revelou um racha quanto à intensidade do corte na Selic: cinco integrantes do Copom (surpreendentemente, incluindo Campos Neto), votaram pela redução de 0,5%, enquanto outros quatro escolheram um recuo mais tímido, de 0,25%.

“O comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas”, sinaliza a nota distribuída pelo Banco Central. No documento, o Copom chama a atenção para uma incerteza em relação ao ambiente externo e para a desaceleração da economia interna nos próximos trimestres. E também destaca as expectativas para a inflação futura para justificar a pos-

tura de cautela com a política monetária. “O comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções”, diz o comunicado, referindo-se às trajetórias de alta e de queda da inflação.

A equipe econômica comemorou. “Isso dá um alento, porque estávamos vendo uma queda importante na arrecadação”, declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para ele, a re-

dução de 13,75% para 13,25% ao ano ajudará nas contas públicas pelo lado da arrecadação. Ele ressaltou que a diminuição dos juros básicos é fruto do diálogo entre o governo e o Banco Central, que passou a operar em regime de autonomia desde 2021. Cada ponto percentual da Selic pesa R\$ 38 bilhões na dívida bruta do Brasil. Com a decisão do Copom, o governo deixa de pagar R\$ 19 bilhões em juros.

Haddad afirmou que as conversas com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto – indicado ao cargo pelo governo de Jair Bolsonaro e criticado duramente no Congresso por manter uma política monetária inflexível –, sempre ocorreram de forma “mais elevada possível”. O ministro apontou que o voto de desempate dado por Campos Neto a favor da redução de 0,5 ponto foi “importante” e baseado em dados econômicos.

“É um voto técnico, qualificado, à luz do que ele conhece de economia. O fato de estarmos alinhados hoje não significa uma situação de concessão ao governo”, comentou Haddad. “Tenho certeza de que o voto dele foi balizado em análises técnicas”, disse. O ministro relatou ter enviado uma mensagem chefe da autori-

**HADDAD DIZ
QUE O VOTO DE
DESEMPATE DE
CAMPOS NETO A
FAVOR DA REDUÇÃO
DE 0,5 PONTO FOI
“IMPORTANTE”
E BASEADO NA
ECONOMIA**

dade monetária após a reunião do Copom prometendo trabalhar cada vez mais em “harmonia” com a autoridade monetária.

Após o primeiro corte nos juros básicos em três anos – o Brasil ainda detém o recorde da taxa de juros real mais alta do mundo –, Haddad ressaltou o comprometimento do governo com o controle das contas públicas. “[A redução da Selic] vai ajudar muito nas expectativas. Não estamos facilitando em nada o combate à inflação. Temos compromisso com a responsabilidade fiscal e o ajuste que está sendo feito”, destacou. Ele disse ter saído “otimista” com a decisão do Copom. “Temos muitos desafios e o comunicado Copom deixa claro isso. Vamos aguardar os desdobramentos do trabalho junto ao Congresso e ao Judiciário. Saio otimista”, disse.

Segundo o ministro da Fazenda, o governo está empenhado em aprovar no Congresso o novo arcabouço fiscal e os demais temas da agenda econômica. O ministro reiterou o pedido de trabalhar em coordenação com os Poderes Legislativo e Judiciário. “Devemos continuar no mesmo caminho. Ano que vem é muito desafiador. Temos um desafio fiscal importante [zerrar o déficit primário]. Temos de sair de dez anos de conflito para dez anos de congraçamento”, avalia Fernando Haddad.

No Congresso, a decisão repercutiu, mas houve quem cobrasse mais celeridade. Daí a crítica pontual. “O corte de meio ponto na taxa Selic não muda o fato de que o BC segue impondo ao Brasil a maior taxa de juros do planeta”, lamentou a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

“Já era pra ter reduzido a Selic, substancialmente, há muito tempo”.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), subiu à tribuna, bem-humorado: “Finalmente o Banco Central fez o L, entrou no ritmo do país de melhora dos índices econômicos. Como a mesma mão que ataca, tem que ser a mão que afaga, tenho que agradecer ao presidente Campos Neto. Ele virá ao Senado em um ambiente muito melhor do que se tivesse reduzido em apenas 0,25%”.

Outros parlamentares também comentaram. “Momento histórico de virada para a economia brasileira, finalmente o Comitê de Política Monetária baixou em 0,5% a taxa Selic”, disse o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR). “Este foi o primeiro corte em três anos. Finalmente o país ganha espaço para crescer, com maior

possibilidades de crédito e geração de emprego”. No Senado, o líder Fabiano Contarato (ES), disse que o gesto é importante, mas ainda insuficiente. “É pouco, mas já é um aceno aos brasileiros. Juros altos só castigam os mais pobres. E essa não pode ser a finalidade de um órgão responsável pela política econômica”, destacou.

Gleisi Hoffmann vai na mesma linha: “Estamos pagando um preço muito alto pela atuação política do bolsonarista Campos Neto no BC. Manteve os juros na estufa apesar de todas as evidências de que envenenam a economia. O BC de Bolsonaro, Guedes e Campos Neto, derrotado por Lula nas urnas, está sabotando o desenvolvimento do país. Têm de ser responsabilizados”. •

R\$ 19 BILHÕES

é o que representa o corte de 0,5% na taxa da Selic e seu impacto na dívida bruta do país. Dinheiro que deixa de ir para o mercado

“INCERTEZA ECONÔMICA” CAI AO MENOR NÍVEL

O povo brasileiro respira novos ares com o impulsionamento da economia no governo Lula. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam a menor incerteza econômica no Brasil desde 2017. O resultado é reflexo da melhoria de indicadores macroeconômicos com a queda do desemprego, com a maior deflação desde 2017, com o maior patamar do Índice de Confiança do Consumidor (IPCA) desde fevereiro de 2019 e com a alta do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

De acordo com a FGV, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) caiu 4,1 pontos em julho, atingindo 103,5 pontos. O recuo é o quarto consecutivo e impulsionou o indicador ao menor patamar desde novembro de 2017 (103,1 pontos). Nos últimos quatro meses, o IIE acumula recuo de 13,2 pontos.

Conforme a economista da FGV responsável pelo indicador, Anna Carolina Gouveia, a redução das incertezas fiscais e melhora nos principais indicadores macroeconômicos, como inflação, PIB, e emprego, junto com a resiliência de serviços, levaram ao resultado.

“De forma geral, a queda do IIE-Br nos últimos meses tem relação com a melhoria das perspectivas para o cenário macroeconômico do país, com redução também das incertezas fiscais e políticas. A continuidade desse quadro dependerá tanto da recuperação da atividade econômica quanto da manutenção de uma relação colaborativa e sinérgica entre as esferas do governo”, destaca. • **Agência PT**

Investors are increasingly optimistic about Brazil's economy



'ECONOMIST' ELOGIA GOVERNO

Revista britânica destaca que investidores estão cada vez mais otimistas com o Brasil: "Um ministro da Fazenda eficiente e o cenário internacional favorável têm melhorado as expectativas"

A revista britânica *The Economist* destaca nesta semana a atuação do governo Lula para melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Inclusive para investidores estrangeiros. "Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil no ano passado, houve um arrepio entre os investidores", lembra a semanal. "Seis meses após assumir o cargo, os mercados começam a se aquecer para o governo Lula. Em uma pesquisa recente com 94 gestores de fundos e analistas brasileiros, apenas 44% tinham uma visão desfavorável do governo, ante 90% em março".

No ano passado, o Brasil recebeu mais de US\$ 91 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED), tornando-se o quinto maior destino de investimentos do mundo. Isso foi o dobro do que recebeu em 2021. O salto ocorreu apesar da queda de 12% dos investimentos diretos globais no ano passado em relação a 2021.

"As pessoas definitivamente estão olhando para o Brasil agora de uma forma que não faziam nos últimos dez anos", diz Robin Brooks, do Institute of International Finance (IIF) em Washington.

"Várias políticas anunciadas pelo governo Lula também animaram os investidores. Muitos economistas creditam ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, grande parte do otimismo", destaca a revista. A reportagem lembra que Haddad é o cabeça por trás das grandes reformas que podem vir a colocar o Brasil em uma base mais estável. Em 7 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto da reforma tributária, em andamento há três décadas. E ainda este ano o Congresso deve aprovar o novo arcabouço fiscal para estabilizar as finanças públicas.

Considere em primeiro lugar a reforma tributária. É muito necessária: atualmente, o governo federal, todos os 27 Estados e mais de 5 mil municípios estabelecem

seus próprios impostos. Em 2019, o Banco Mundial estimou que as empresas levam 1,5 mil horas por ano para cumprir a legislação tributária brasileira, em comparação com uma média global de 233 horas. A reforma tributária vai unir cinco impostos sobre bens e serviços em dois impostos sobre valor agregado, um federal e outro para Estados e municípios. A expectativa é que seja aprovada ainda este ano. Segundo o Banco Central, no primeiro ano da implementação da reforma, o PIB pode vir a crescer 1,5%.

A *Economist* ressalta que os investidores também estão de olho no potencial do Brasil para produzir energia limpa e nas ambições de Lula de tornar o país uma potência verde. Este mês, o governo deve apresentar um pacote de cerca de 100 iniciativas ambientais, incluindo uma lei para criar um mercado regulado de emissões de carbono e outra para impulsionar indústrias verdes. O governo avalia que o pacote exigirá centenas de bilhões de dólares em investimentos, principalmente privados.

Um acordo de livre-comércio também pode ser assinado em breve, após mais de duas décadas de negociações entre a União Europeia e o Mercosul, bloco comercial composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (embora instintos protecionistas, tanto no Brasil quanto na UE, ainda possam sabotar o acordo).

A reportagem da *Economist* lembra ainda que, embora o crescimento tenha se recuperado desde o fim da pandemia, em 2021, ficou muito atrás de países como China ou Índia. "O cenário global e as proezas de Haddad estão aumentando o otimismo dos investidores agora. Mas será necessária uma boa e consistente política para reverter a tendência de longo prazo do Brasil", conclui. •

DIAS MELHORES PARA O POVO

Em um intervalo curto de tempo, o governo Lula tem atuado com força para mudar a realidade, retomar o crescimento e melhorar a vida das pessoas. O cenário é de otimismo

Zeca Dirceu

A bancada do PT na Câmara atuou decisivamente no apoio às conquistas do governo Lula no primeiro semestre, reforçando o processo de reconstrução nacional. Nos próximos seis meses, o desafio é dar sequência ao apoio no parlamento a projetos estratégicos e estruturantes e incorporar ações específicas do partido para que seja aprofundado o progresso alcançado em tão curto espaço de tempo, numa gigantesca superação do desastre que foi o governo anterior. O Brasil tem avançado, e muito.

O cenário, de fato, é de otimismo. A começar pela sinalização dada pelo Banco Central de reorientação da política de juros, depois de forte reação da sociedade, do PT e do presidente Lula à antinacional prática do BC. A redução de 0,5 ponto percentual na última reunião do Copom deve ser comemorada não pela grandeza, mas pela direção às metas que precisamos alcançar. Um avanço no sentido de criar condições para o crescimento econômico, a geração de empregos e renda.

Na imprensa internacional, tem havido destaque aos avanços internos conseguidos com o governo do PT e aliados. Seis meses depois da posse de Lula, inverteu-se a análise de agentes econômicos que demonstravam - sem razão, diga-se -



ceticismo com o novo governo. Segundo a revista *The Economist*, pesquisa recente com 94 gestores e analistas de fundos brasileiros mostrou que apenas 44% têm ainda uma visão desfavorável do governo, abaixo dos 90% em março.

Isso significa que quando um governo se destaca pelo trabalho, competência e respeito ao povo brasileiro, com linhas claras no campo econômico e da preservação ambiental, os resultados são imediatos, com reflexos positivos entre investidores. No final de julho, a Fitch, uma agência de classificação de risco, elevou a nota do Brasil, diante de um "um desempenho macroeconômico e fiscal melhor do que o esperado, em meio a sucessivos choques nos últimos anos".

Espera-se, no chamado mercado, que novas melhorias sejam implementadas. Essas melhorias incluem, naturalmente, o novo marco fiscal e a reforma tributária, que ainda serão concluídos pelo Congresso Nacional, com o apoio do PT. Ambas as matérias significam estabilidade e previsibilidade, dois eixos que norteiam a prática do governo para garantir uma nova era ao país.

As boas notícias não param. Depois de garantir a volta do Minha Casa Minha Vida, do Mais Médicos, do Desenrola Brasil, da valorização do salário mínimo, entre outras conquistas, Lula vai anunciar agora um novo programa de investimentos - na linha do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) - como parte da estratégia de retomada de 14 mil obras paralisadas ou em ritmo lento em todo o território nacional. É o coroamento do processo de resgate do Brasil, uma iniciativa de interesse nacional e estratégico.

São investimentos em projetos de logística, de geração de energia e de melhorias urbanas, em sintonia com os governos estaduais e municipais. Projetos de rodovias, portos e aeroportos e nas áreas de saúde, educação, moradia, mobilidade urbana. Obras que impulsionam o crescimento do país e ajudam no combate à pobreza.

No âmbito do Congresso, temos ainda várias tarefas. Uma delas é reduzir os estratosféricos juros do cartão de crédito. O governo garantiu dinheiro público para as pessoas limparem seus nomes via Desenrola Brasil, mas a iniciativa só será complementada com a redução dos juros do cartão, por intermédio do PL 2685/2022. O consumidor não pode cair de novo nas armadilhas dos cartões. Essa matéria é mais um suporte ao povo brasileiro, cujo otimismo tem sido detectado por pesquisas de opinião.

O Índice de Confiança do Consumidor subiu 2,5 pontos em julho, indo a 94,8 pontos, o maior nível desde janeiro de 2019. A população percebe no dia a dia as melhorias trazidas pelo governo Lula. Estamos pavimentando a via para que todo o povo tenha dias melhores. O Brasil está no rumo certo. •

* Deputado federal pelo Paraná, é líder do PT na Câmara dos Deputados

A LETALIDADE DA POLÍCIA ASSUSTA

Depois que um soldado da Rota foi morto, PM de São Paulo monta operação que resulta na morte de 16 pessoas. Tarcísio de Freitas afirma estar “extremamente satisfeito com os resultados”

Isaías Dalle

A letalidade da polícia brasileira voltou a ganhar destaque na imprensa internacional. No estado de São Paulo, 16 pessoas morreram como resultado de uma operação policial da PM, que gerou polêmicas e protesto. Tudo seria resultado de uma operação para perseguir o assassino de um soldado da PM. Integrante do batalhão da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), Patrick Bastos Reis, morreu na noite de 27 de julho, no Guarujá, litoral sul de São Paulo.

Ele foi vítima de um tiro disparado à distância de 50 metros, que o acertou no tórax. Outro projétil de calibre 9 milímetros, da mesma origem, perfurou a mão esquerda do policial que acompanhava Reis. Seis dias depois, a operação para apontar os responsáveis pelos dois tiros já haviam causado a morte de 14 pessoas no Guarujá e ricocheteado em outras duas vítimas fatais na vizinha Santos, se-

Gabriela Moncau/Brasil de Fato



PROTESTO As mortes de 16 pessoas no último final de São Paulo no litoral do estado levou manifestantes a promoverem protestos contra a PM

gundo dados oficiais.

Os 16 mortos são o resultado do uso da força pela PM do estado. A ordem partiu do governador Tarcísio de Freitas e do secretário de Segurança, o capitão Guilherme Derrite. A Operação Escudo tinha como objetivo capturar os autores do crime. Detalhe: quando o principal suspeito dos disparos se entregou à polícia, no dia 30, o total de mortos pela operação policial era de três. Outras cinco pessoas haviam sido presas.

A prisão de Erickson David da Silva, apresentado à imprensa como o “sniper”, por causa da precisão do tiro fatal, não aplacou a escalada de mortes comandada pela polícia no Guarujá. O trabalho de inteligência investigativa que poderia ter sido iniciado com a prisão e seu interrogatório ficou em segundo plano.

Na segunda-feira, 31 de julho, o governador e o secretário anunciavam mais cinco mortos, totalizando oito corpos. Tarcísio afirmou estar “extremamente sa-

tisfeito” com os resultados e alegou que “não houve excessos”. Na mesma data, o ouvidor da Polícia do Estado, Cláudio Aparecido Silva, afirmou que havia indícios de mais mortes além daquelas anunciadas pelas autoridades e que a operação era desproporcional. Acertou na mosca. Um dia depois, 1º de agosto, o governador admitia pelo menos 14 mortos e prometia investigar “se houve excessos”.

Tanto o governador quanto Derrite, que antes de ser secretário conseguiu se eleger deputado federal pelo PL, em 2022, são filhos diletos do bolsonarismo. O secretário é ex-integrante da Rota, já havia sido deputado federal, quando se notabilizou por projetos como o que propõe proibir a participação de atletas transgêneros em competições. Ele foi afastado da PM, por participar de uma operação com seis mortes.

Comandante em chefe das forças policiais de São Paulo, Tarcísio foi quem apresentou na campa-

na eleitoral a proposta de retirar as câmeras dos fardamentos da polícia paulista. Felizmente, a promessa ainda não foi levada a cabo. Há cerca de 10 mil câmeras corporais em operação. Caso ao menos uma tenha registrado algo durante a operação que causou a morte das pessoas no Guarujá, pode conter imagens capazes de desfazer os elogios do governador à Operação Escudo. Mas isso é pouco provável.

A julgar pelas denúncias feitas por moradores do Guarujá, é difícil acreditar que os policiais envolvidos deixariam que câmeras ligadas ao uniforme captassem episódios como a execução do vendedor ambulante Felipe Vieira Nunes, 30 anos. Na noite do dia 28, ele teria saído para comprar cigarros, segundo testemunhas relataram à imprensa, e foi espancado e alvejado por nove tiros da PM num beco da favela Vila Baiana, a poucos metros da casa onde morava. Ainda segundo os vizinhos, estava desarmado e pediu por clemência. Nunes, que vendia açaí na praia, deixou uma filha de 6 anos.

Em outra denúncia, vizinhos relatam que Cleiton Barbosa Moura, 24 anos, teve o filho de nove meses arrancado de seus braços antes de ser executado por PMs. Cleiton estaria dentro de casa e não tinha participação no crime, segundo uma parente que registrou testemunho em vídeo que foi parar nas redes sociais. Frente à denúncia, a PM divulgou resposta-padrão: Cleiton estaria armado e recebeu os policiais a tiros. Afirmou-se o mesmo sobre outros mortos ao longo da operação. A família de Cleiton nega.

No dia 2, com a prisão de Kauan, irmão do atirador Erickson, o delegado Antonio Sucupira Neto, da delegacia-sede do Guarujá, afirmou à imprensa que considerava encerrada a fase de busca por suspeitos no assassinato do policial

Reis. Àquela altura, contavam-se 56 presos. Além dos 14 mortos no Guarujá, outros dois suspeitos foram abatidos pela polícia na cidade de Santos por terem, segundo a Secretaria de Segurança Pública, atirado primeiro nos agentes de segurança. Foram apreendidas armas, munição e drogas durante as operações no Guarujá.

Para o ouvidor da Polícia do Estado, além dos casos que vieram à tona demonstrarem violência policial fora de medida a atingir inocentes, o episódio sinaliza um

**“EU NÃO SOU
CONTRA A POLÍCIA.
HÁ SETORES BEM
TREINADOS E QUE
FAZEM UM BOM
TRABALHO. MAS
QUEM É A POLÍCIA
DA POLÍCIA?”, DIZ
O OUVIDOR**

agravante. “A média histórica de mortes em operações policiais na cidade é de 30 ao ano. Em apenas uma semana, foram 14. Não há normalidade nessa operação”, diz Cláudio Silva. No dia 2, ele e uma delegação de parlamentares e representantes de entidades de direitos humanos estiveram nos locais das mortes, e garante que o clima é de medo. Testemunhas narram torturas e execuções.

Silva pretende levar as denúncias adiante e, confirmados

os abusos, pedir que os policiais responsáveis sejam punidos administrativa e criminalmente. “Se não houver respaldo para o devido julgamento, levaremos a cortes internacionais”, diz. Ele afirma não saber quanto tempo isso tudo levará. Mas sabe que a pressão da sociedade é imprescindível, não apenas para resolver o caso, mas para começar a construir um novo modelo de segurança pública. “Eu não sou contra a polícia. Há setores bem treinados e que fazem um bom trabalho. Mas quem é a polícia da polícia?”, completa.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, também disse considerar desproporcional a reação da polícia à morte do soldado. Dino declarou que o governo federal não vai intervir, em respeito à autonomia do estado de São Paulo. Já o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, colocou a Ouvidoria Nacional para acompanhar o caso.

Na opinião do sociólogo Paulo César Ramos, coordenador do projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, a PM paulista, ao adotar uma postura de vingança, demonstrou que o governador não tem controle sobre a corporação. “Ele não tem autoridade prática. Não quer dizer que não tenha responsabilidade. Mas o fato é que a polícia anda com suas próprias pernas. E os verdadeiros criminosos não vão pagar. E o tráfico de drogas vai continuar agindo”.

Essa violência não está circunscrita a São Paulo. Operações policiais na região metropolitana de Salvador deixaram ao menos 19 pessoas mortas, entre os dias 28 de julho e 1º de agosto. No dia 2, outra incursão policial gerou 10 mortes no Complexo da Penha, Rio. No dia 3, o Comissariado da ONU para os Direitos Humanos pediu que o Brasil realize investigação independente sobre esses casos. •

OS NEGÓCIOS ESCUSOS DA DEPUTADA BOLSONARISTA E O HACKER

A Polícia Federal investiga o envolvimento de Carla Zambelli com Walter Delgatti; a deputada é acusada de solicitar ao hacker que demonstrasse que as urnas eletrônicas eram vulneráveis e que expedisse falso mandado de prisão para Alexandre de Moraes numa trama tão golpista quanto atrapalhada

A deputada Carla Zambelli amanheceu na quarta-feira, dia 02, recebendo a Polícia Federal com mandados de busca e apreensão. Na mesma, foi preso Walter Delgatti, o hacker responsável pelos vazamentos da Lava-Jato em xxx e que se aproximou da campanha de Jair Bolsonaro em 2022. A dupla está sendo investigada por tentativas de desacreditar as urnas eletrônicas e comprometer o STF (Supremo Tribunal Federal), e que resultou na invasão dos sistemas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e na inserção de documentos e alvarás de soltura falsos.

As investigações da polícia referem-se justamente a esse período em que Carla Zambelli intermediou os encontros entre Delgatti e Jair Bolsonaro, em agosto de 2022. No dia 27 de junho, o hacker, que havia sido alvo de busca e apreensão, afirmou em depoimento prestado à polícia que recebeu pedido de Zambelli em agosto de 2022 para ele invadir uma urna eletrônica "ou qualquer sistema da Justiça Brasileira", bem como invadir o celular de Moraes e obter conversas comprometedoras.

Aos investigadores, Delgatti afirmou só ter conseguido invadir



Lula Marques/EBC

o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que resultou na inclusão de um mandado de prisão falso contra Moraes, entre outros documentos falsos. Ainda de acordo com Delgatti, duas pessoas próximas a Zambelli teriam pago o total de R\$ 13.500,00 por esses serviços, em várias operações via PIX.

Depois de receber a Polícia Federal, Zambelli tentou se justificar. Em coletiva, negou haver pedido ao hacker qualquer serviço relacionado à fraude das urnas nem para atingir o ministro do STF: "Não participaria de uma piada de mau gosto com o Alexandre de Moraes. Eu sei o que pode acontecer com um deputado que brinca com

ministros do Supremo Tribunal Federal, haja visto nosso amigo Daniel Silveira." A deputada também disse que Jair Bolsonaro, que passou a campanha de 2022 inteira duvidando das urnas eletrônicas e do processo eleitoral, não tinha nenhuma participação no complô.

No entanto, não apenas houve um encontro entre Delgatti e Bolsonaro, como revelou a revista Veja à época e confirmado pelo hacker no depoimento à PF, como há indícios que Zambelli é quem teria intermediado o encontro. Na próxima segunda-feira, ela vai prestar depoimento à PF, mas sua defesa avisou que, caso não tenha acesso ao processo, a deputada permanecerá em silêncio. •



CONSPIRADOR O ex-presidente Donald Trump foi denunciado por envolvimento direto na tentativa de golpe para minar a eleição de Joe Biden, seu adversário na corrida pela Casa Branca. Ainda enfrenta outras acusações

INDICIADO POR CONSPIRAÇÃO

Donald Trump enfrenta novos problemas na Justiça Federal dos EUA por tentativa de derrubar a eleição de 2020, quando perdeu a disputa presidencial. A dureza das novas denúncias pesam contra o ex-presidente, mas ele está empatado na corrida pela Casa Branca com Biden, de acordo com pesquisas

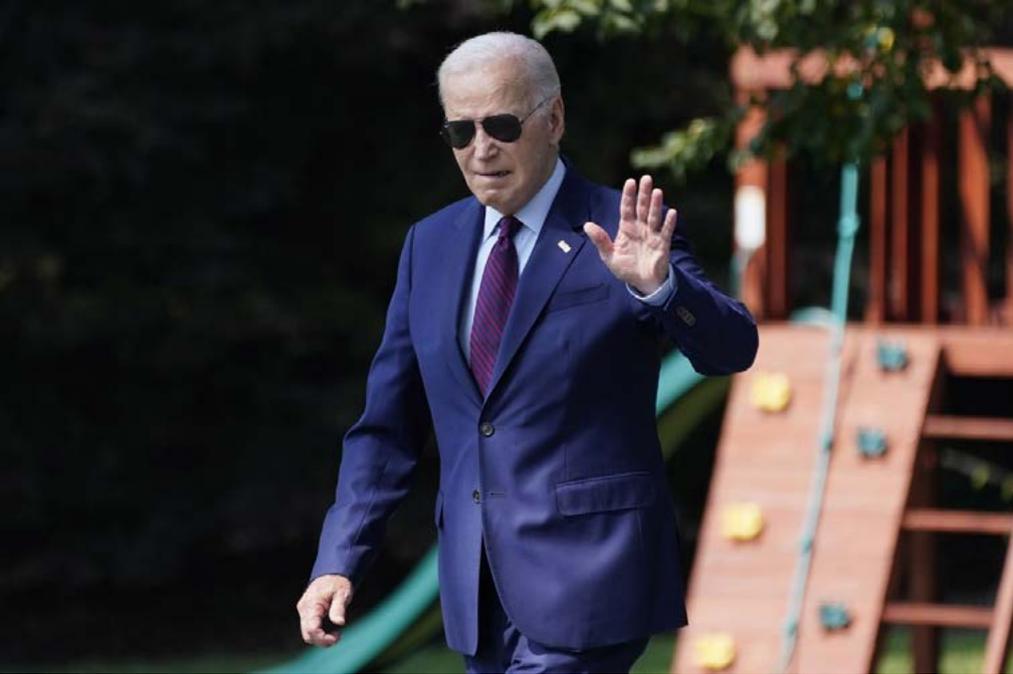
A política nos Estados Unidos vai se assemelhando aos cenários de crises imundas como aconteciam nas antigas republiquetas da América Latina, com um pretendente a reocupar a Casa Branca enfrentando novas e duras denúncias na Justiça por sua tentativa de promover um golpe eleitoral e afrontar a democracia. O ex-presidente Donald Trump foi indiciado na terça-feira, 1, por seus esforços em evitar derrubar

o resultado da eleição de 2020, quando perdeu reeleição para o democrata Joe Biden. É a terceira vez em quatro meses que o empresário e pré-candidato à sucessão presidencial é acusado criminalmente, mesmo enquanto faz campanha para recuperar a cadeira mais poderosa do mundo no próximo ano.

Um grande júri de Washington o indiciou por acusações de conspiração para fraudar os Estados Unidos, conspiração para obstruir um processo oficial, obs-

trução e tentativa de obstruir um processo oficial e conspiração contra direitos. Trump foi indiciado por seu papel na tentativa de derrubar os resultados das eleições de 2020, um esforço que atingiu um crescendo sangrento em 6 de janeiro de 2021.

No melhor estilo de Jair Bolsonaro, Trump alega que é vítima e está sendo alvo de uma perseguição política numa tentativa de "interferência eleitoral". A acusação de 45 páginas acusa o republicano de conspirar para fraudar



ESFORÇO Joe Biden ainda luta por conquistar a simpatia de eleitores democratas. Aprovação de seu governo melhorou, mas está em apenas 39%

as eleições dos EUA, impedindo o Congresso de certificar a vitória do democrata Joe Biden e de privar os eleitores de seu direito a uma eleição justa. Em 30 de março, em Nova York, Trump foi indiciado por acusações de lavagem de dinheiro. Em junho, em Miami, voltou à condição de réu no caso de documentos confidenciais. Em ambos os casos, Trump encorajou sua base a aparecer no tribunal através de seu aplicativo de redes Truth Social. Dessa vez não houve uma resposta massiva de seus apoiadores.

A nova acusação é um revés para as pretensões do ex-presidente de voltar a ocupar o cadeira central em Washington.

Ele está querendo usar as acusações para alavancar a campanha para a Presidência dos EUA. Ainda na terça-feira, uma pesquisa divulgada pelo *New York Times*, feita pela Siena College, descobriu que Biden está em uma base mais forte do que estava há um ano, mas a situação para o democrata não é confortável. Ele enfrenta o rival cabeça a cabeça para assegurar a reeleição em uma possível revan-

che contra Trump. Biden e o republicano estão empatados em 43% cada um em uma hipotética revanche em 2024, de acordo com a pesquisa. E o índice de aprovação de Biden é de apenas 39%. A situação parece crítica, mas já foi pior.

De acordo com o *New York Times*, a pesquisa mostra que o apoio de Biden entre os democratas tem “uma milha de largura e uma polegada de profundidade”. Cerca de 30% dos eleitores

43%

dos eleitores votariam em Trump para a Presidência dos EUA. É o mesmo percentual obtido por Biden, que ocupa a Casa Branca

que disseram que planejavam votar no presidente em novembro de 2024 disseram que esperavam que os democratas indiquem outro candidato. Apenas 20% dos democratas disseram que ficariam

entusiasmados se Biden fosse o candidato presidencial do partido em 2024; enquanto outros 51% disseram que ficariam satisfeitos, mas não entusiasmados. Uma parcela maior de democratas, 26%, expressou entusiasmo pela corrida com a vice-presidente Kamala Harris como indicada em 2024.

De acordo com a pesquisa, 45% dos eleitores democratas apoiam Biden, número que aumentou

acentuadamente em relação a julho do ano passado, quando apenas 26% queriam que o presidente buscasse a reeleição. O jornal atribui esse aumento à decisão do STF de eliminar o direito ao aborto, ao bom desempenho dos democratas nas eleições de meio de mandato e à desaceleração da inflação nos últimos meses.

A pesquisa consultou 1.329 pessoas e tem margem de erro de 3,67 pontos. O *New York Times* publicou o levantamento um dia depois de ter divulgado outra segundo a qual Trump é imbatível contra o resto dos candidatos republicanos nas primárias, apesar de enfrentar inúmeras frentes judiciais. É o grande favorito dos republicanos com 54%, bem à frente do que seria seu grande rival, o governador da Flórida, Ron DeSantis, que tem 17%. O resto dos candidatos não consegue decolar: o ex-vice-presidente Mike Pence, o senador Tim Scott e a ex-embaixadora da ONU Nikki Haley ficam com 3%.

A mostra indica uma liderança que não é um caso isolado. A vantagem do ex-presidente subiu de 16 pontos para 36 pontos na média das pesquisas RealClearPolitics desde que ele foi indiciado em Manhattan há quatro meses por falsificação de registros comerciais. Durante esse período, um júri em um julgamento civil o considerou culpado de abusar sexualmente de uma jornalista em Nova York. Ele ainda é acusado de 40 outros crimes federais por lidar com documentos ultrassecretos de segurança nacional e também por suposta obstrução da justiça. Ainda assim, ele não está liquidado.

E quem aponta o favoritismo do ex-presidente são analistas democratas. “Trump fez um excelente trabalho não apenas controlando a narrativa, mas ficando por cima dela”, alerta o estrategista eleitoral democrata Amani Wells-Onyioha.

“Ele sempre disse a seus apoiadores que está sendo alvo de injustiça e que qualquer acusação é uma tentativa de derrubá-lo. Eles acreditam no que ele diz porque suas acusações apenas alimentam essa narrativa”. Parece loucura, mas os Estados Unidos podem começar a entrar numa espiral de crise e ver esmorecer a democracia, que tanto vem alardeando desde o início do século 20.

O *NYT* fez questão de alertar para o risco que a América corre, apontando que o caso de Trump tem amplas implicações para a democracia americana. “A terceira acusação do ex-presidente é a primeira a chegar ao cerne da questão: um líder em exercício do país pode espalhar mentiras para se manter no poder mesmo depois que os eleitores o rejeitam?”, questiona o jornal. O repórter Peter Baker, foi ao ponto, em texto publicado na terça: “Nos anais da república, a Casa Branca viu sua parcela de perfídia e escândalo, presidentes que traíram suas esposas e enganaram os contribuintes, que abusaram de seu poder e abusaram da confiança pública”.

“Mas desde que os conspiradores emergiram do Independence Hall naquele dia claro e frio na Filadélfia, 236 anos atrás, nenhum presidente eleito fora do cargo foi acusado de conspirar para manter o poder em um elaborado esquema de engano e intimidação que levaria à violência nos salões do Congresso”, enumera Baker. “O que torna a acusação contra Donald J. Trump na terça-feira tão impressionante não é que seja a primeira vez que um presidente é acusado de um crime ou mesmo a segunda. O Sr. Trump já detém esses recordes. Mas, por mais sério que seja o dinheiro secreto e os documentos classificados, esta terceira acusação em quatro meses chega ao cerne da questão, a questão que definirá o futuro da democracia americana”. •

NOTA MENOR PARA OS EUA

A Fitch Ratings rebaixa a América em função da ‘erosão da governança’, deixando Washington indignada. A nota caiu de AAA para AA+

Uma nota ruim para a Casa Branca. Na quarta-feira, 2, a Fitch Ratings, uma das três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, mostrou que a meca do capitalismo precisa se esforçar mais. Ela rebaixou a nota dos Estados Unidos de sua classificação triplo A, rebaixando-a para um simples AA+. Pode parecer pouco. Mas a decisão coloca a América na mesma situação que empresas da Nova Zelândia, Áustria e Canadá, e abaixo de países como Dinamarca e Luxemburgo. A reação foi imediata.

A Casa Branca ficou indignada. Em nota, o governo Joe Biden reagiu com raiva, enviando um comunicado citando especialistas chamando a decisão de “absurda” e “amplamente e corretamente ridicularizada”. “Desafia a realidade rebaixar os Estados Unidos em um momento em que o presidente Biden entregou a recuperação mais forte de qualquer grande economia do mundo”, disse Karine Jean-Pierre, secretária de imprensa da Casa Branca.

Mas qual o motivo para isso? O ambiente econômico. Se o Brasil ganhou uma nota boa, há duas semanas, os sinais vindos de Washington elevaram a preocupação quanto aos riscos da segunda maior economia do planeta. O crescente endividamento do governo Biden levou a Fitch a acender um sinalzinho de piora no quadro geral, por conta do impasse do teto da dívida. Isso mostra o que a agência classifica como “uma deterioração constante

nos padrões de governança nos últimos 20 anos”.

O jornal britânico *Financial Times*, o mais influente para o mercado global, foi sintético. O downgrade na classificação reflete a deterioração fiscal esperada nos próximos três anos, um alto e crescente fardo da dívida do governo geral e a erosão da governança em relação aos pares classificados como ‘AA’ e ‘AAA’ nas últimas duas décadas, que se manifestou em repetidas avanços sobre o limite da dívida e resoluções de última hora.

Na visão da Fitch, houve uma deterioração constante nos padrões de governança nos últimos 20 anos, incluindo questões fiscais e de dívida, apesar do acordo bipartidário de junho para suspender o limite da dívida até janeiro de 2025. Os repetidos impasses políticos de limite da dívida e as resoluções de última hora corroeram a confiança na gestão fiscal.

Além disso, o governo não tem uma estrutura fiscal de médio prazo, ao contrário da maioria dos outros países, e tem um processo orçamentário complexo. Esses fatores, juntamente com vários choques econômicos, bem como cortes de impostos e novas iniciativas de gastos, contribuíram para sucessivos aumentos da dívida na última década. Além disso, houve apenas um progresso limitado no enfrentamento de desafios de médio prazo relacionados ao aumento dos custos da previdência social e do Medicare devido ao envelhecimento da população. •



Divulgação

DETIDOS Daysuris Vázquez e Nicolás Petro se separaram, e ela lançou suspeitas contra o filho do presidente, acusando-o de receber propina

COLÔMBIA ENFRENTA UMA CRISE POLÍTICA

Filho de Gustavo Petro é preso em inquérito sobre lavagem de dinheiro, movido pela Procuradoria Geral da República. “Ao meu filho, desejo sorte e força. Que esses acontecimentos forjem seu caráter e que ele reflita sobre seus próprios erros”, disse o presidente

O filho do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, foi preso no dia 29 de agosto, sábado, sob a acusação de lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito. Nicolás Petro foi detido por decisão da Justiça colombiana junto com a ex-mulher Daysuris Vázquez, também acusada de lavagem de dinheiro e violação de dados pessoais.

A Procuradoria Geral da República anunciou em março que estava investigando o jovem Petro, que também segue carreira política, por supostamente receber dinheiro de narcotraficantes em troca de incluí-

-los nas negociações de paz de seu pai. O presidente tem negociado com vários grupos armados ilegais enquanto busca encerrar o conflito interno de 60 anos no país, que já matou cerca de 450 mil pessoas.

Nicolás Petro negou qualquer irregularidade quando o procurador-geral anunciou pela primeira vez a investigação, chamando as acusações contra ele de “nocivas e sem fundamento”. Tanto o presidente quanto seu filho disseram na época que receberam bem a investigação “para esclarecer e proteger minha honra e bom nome”.

Em janeiro, o gabinete do procurador-geral também abriu

uma investigação sobre o irmão do presidente, Juan Fernando Petro, por acusações semelhantes. O presidente escreveu no sábado de manhã no Twitter que estava “magoado” com a perspectiva de seu filho ir para a prisão. Mas garantiu que o julgamento do caso prosseguiria livremente sem pressão ou intervenção do governo. “Desejo sorte e força ao meu filho”, escreveu. “Que esses eventos forjem seu caráter e que ele reflita sobre seus próprios erros”.

Os esforços de paz do presidente Gustavo Petro tiveram sucesso. O governo e o Exército de Libertação Nacional, o maior grupo rebelde do país, concordaram com um cessar-fogo de 180 dias no mês passado, enquanto as negociações com o Clã del Golfo, o principal grupo de tráfico de drogas da Colômbia, fracassaram devido à violência contínua.

Uma proposta controversa do presidente daria sentenças reduzidas a membros de grupos armados que desmantelassem redes criminosas, reconhecessem seus crimes, fizessem trabalhos de restauração de vítimas e entregassem armas e informações sobre suas atividades.

Em março, Vázquez acusou seu ex-marido de embolsar doações de campanha para seu pai de pessoas ligadas a grupos de narcotraficantes. Ela fez as acusações em entrevista à revista colombiana ‘Semana’.

As prisões representam outro golpe para o primeiro presidente esquerdista do país, que tem lutado para fazer muitas de suas reformas passarem por um Congresso dividido.

Seu primeiro ano no cargo foi atormentado por inúmeros desafios, incluindo mudanças no gabinete e alegações de financiamento ilegal de campanha por seu ex-embaixador. •



A ASCENSÃO E QUEDA DO NEOLIBERALISMO

O livre mercado costumava ser apontado como a cura para todos os nossos problemas; agora é tido como a principal causa deles. É o que aponta o livro de Naomi Oreskes e Erik M. Conway

Louis Menand | *The New Yorker*

O “neoliberalismo” tem sido chamado de palavra política, e é culpado por praticamente todos os males socioeconômicos que temos, desde falências bancárias e desigualdade de renda até a economia gigantesca e populismo demagógico. No entanto, por quarenta anos, o neoliberalismo

foi a principal doutrina econômica do governo americano. Foi isso que nos colocou na bagunça em que estamos?

O que é “neo” sobre o neoliberalismo é realmente o que é retrô sobre isso. É confuso, porque nos anos 30 o termo “liberal” foi apropriado por políticos como Franklin D. Roosevelt e veio para defender pacotes de políticas como o New Deal e, mais tarde, a Great Society. Os liberais eram pessoas que

acreditavam no uso do governo para regular negócios e fornecer bens públicos – educação, moradia, barragens e rodovias, pensões de aposentadoria, assistência médica, bem-estar e assim por diante. E eles pensaram que a negociação coletiva garantiria que os trabalhadores pudessem pagar os bens que a economia estava produzindo.

Esses liberais de meados do século não se opunham ao capi-

talismo e à empresa privada. Pelo contrário, eles achavam que os programas do governo e os sindicatos fortes tornavam as economias capitalistas mais produtivas e mais equitativas. Eles queriam salvar o capitalismo de seus próprios fracassos e excessos. Hoje, chamamos essas pessoas de progressistas. (Aqueles à direita os chamam de comunistas.)

O neoliberalismo, no contexto americano, pode ser entendido como uma reação contra o liberalismo de meados do século. Os neoliberais acham que o Estado deve desempenhar um papel menor na gestão da economia e no atendimento às necessidades públicas, e se opõem aos obstáculos à livre troca de bens e mão-de-obra. Seu liberalismo é, às vezes autoconscientemente, um retrocesso ao “liberalismo clássico” que eles associam a Adam Smith e John Stuart Mill: capitalismo laissez-faire e liberdades individuais. Portanto, o retroliberalismo.

O rótulo “neoliberal” tem sido anexado a uma variedade de espécies políticas, desde libertários, que tendem a ser programaticamente anti-governo, até novos democratas como Bill Clinton, que abraçam os objetivos políticos do New Deal e da Great Society, mas acham que existem melhores meios para alcançá-los. Mas a maioria dos tipos de neoliberalismo se reduz ao termo “mercados”. Tire os planejadores e os formuladores de políticas do caminho e deixe os mercados encontrarem soluções.

A literatura acadêmica sobre neoliberalismo tende a se concentrar na genealogia intelectual do pensamento neoliberal (que começa, mais ou menos, na Europa nos anos 30) ou na história política das políticas neoliberais (que começam nos anos 70). Naomi Oreskes e Erik M. Conway escreveram agora “The Big Myth: How American Business Taught Us to

Loathe Government and Love the Free Market” (Bloomsbury) – [Em tradução livre “O grande mito: Como os negócios americanos nos ensinaram a detestar o governo e amar o livre mercado”, ainda sem edição no Brasil], que adiciona uma terceira dimensão à história.

No relato deles, o neoliberalismo – eles preferem o termo “fundamentalismo de mercado”, que creditam a George Soros – representa o triunfo de décadas de lobby pró-negócios. Eles também contam a história intelectual e a história política do neoliberalismo. Então, este livro é, de fato, três histórias empilhadas uma em cima da outra. Isso cria um volume muito espesso.

A história do lobby é boa de se saber. A maioria dos eleitores é altamente sensível à sugestão de que alguém pode tirar sua liberdade pessoal, e é sobre isso que a propaganda pró-negócios os tem alertado nos últimos cem anos. A propaganda assumiu muitas formas, desde livros didáticos universitários financiados por grupos empresariais até entretenimentos populares como os livros “Little House on the Prairie”, de Laura Ingalls Wilder, que pregam a lição da autossuficiência. (Os livros foram promovidos como autobiográficos, mas Oreskes e Conway dizem que Wilder, com a ajuda de sua filha, deturpou completamente os fatos da história de sua família).

A mensagem infinitamente reiterada desse lobby, dizem Oreskes e Conway, é que as liberdades econômicas e políticas são indivisíveis. Qualquer restrição ao primeiro é uma ameaça ao segundo. Este é o “grande mito” de seu título, e eles nos mostram, com um pouco de detalhe de mangueira de fogo, como muitas pessoas gastaram muito tempo e dinheiro colocando essa ideia na mente do público americano. O livro é um

imenso feito acadêmico, mas os autores insistem que não é apenas uma “intervenção acadêmica”. Eles têm um propósito político. Eles acham que um papel do governo tem sido corrigir falhas de mercado e, se o governo for desacreditado, como ele vai corrigir o que pode ser a maior falha de mercado de todas, a mudança climática?

Oreskes e Conway sugerem que podemos ter uma ideia do que estamos enfrentando com a pandemia. Milhões de americanos pareciam desacreditar no que as autoridades do governo estavam dizendo a eles sobre a covid ou considerar medidas de saúde pública como vacinas e mandatos de máscara como invasões em sua liberdade (Também houve alguma histeria anti-vacina). Atletas profissionais fantasticamente bem compensados, cujas liberdades muito pouco invadem, estavam entre os piores modelos.

Comparando a resposta americana com a de outros países, Oreskes e Conway sugerem que 40% das mortes por covid deste país poderiam ter sido evitadas se os americanos confiassem na ciência, no governo e uns nos outros. Eles acham que anos de ataques científicos (o assunto de seu livro anterior, “Merchants of Doubt”) e mensagens antigovernamentais ensinaram os americanos a não fazê-lo. Agora, quando os funcionários públicos propõem políticas para lidar com as mudanças climáticas, as pessoas serão informadas: “Eles querem tirar suas televisões”, e muitos acreditarão.

A noção de amarrar a liberdade econômica à liberdade política, ou a liberdade corporativa à liberdade pessoal, não foi inventada pelos lobistas. É o princípio central dos textos bíblicos do fundamentalismo de mercado de Friedrich A. Hayek, “The Road to Serfdom” [“O Caminho da Servidão”, em edição da LVM Editora, de 2022] e “Capitalismo e Liberdade”, de Milton

Friedman. Hayek e Friedman eram economistas acadêmicos; ambos receberam o Prêmio Nobel, em 1974 e 1976, respectivamente. Mas seus livros famosos não são acadêmicos. Eles são polêmicos, com alta afirmação e pouca evidência. Ainda assim, os dois livros permaneceram impressionantes. Eles apertaram alguns botões.

Hayek escreveu “O Caminho da Servidão” durante a Segunda Guerra Mundial. Ele estava morando na Inglaterra, depois de emigrar da Áustria para assumir uma posição na London School of Economics, e seu livro saiu em 1944. Se você estivesse olhando para a história mundial recente em 1944, o que você veria? Uma queda no mercado de ações, uma depressão mundial e a ascensão de dois poderosos estados totalitários que, se Hitler não tivesse cometido o erro de invadir a União Soviética, poderiam ter dividido a Europa entre eles por gerações. Você poderia razoavelmente ter concluído que, mesmo que a Alemanha fosse finalmente derrotada e a União Soviética fosse colocada de volta em sua caixa, o capitalismo de livre mercado e a democracia liberal tiveram seu dia.

Hayek sentiu que era isso que as pessoas na Inglaterra estavam concluindo – que uma economia gerenciada pelo Estado, de algum tipo, era necessária para evitar outro colapso. Eles podem não pensar que isso significaria desistir de sua liberdade, mas Hayek os avisou que isso foi um erro fatal. Ele dedicou o livro “aos socialistas de todos os partidos”. Ele acreditava que o planejamento central, mesmo quando realizado por um governo eleito, era uma espécie de ditadura. As pessoas não devem ser informadas sobre o que fazer com sua propriedade, disse ele, e “o que nossa geração esqueceu é que o sistema de propriedade privada é a garantia mais importante de liberdade, não apenas para

aqueles que possuem propriedade, mas pouco menos para aqueles que não possuem”.

Hayek reconheceu que há coisas que os governos podem fazer que os atores privados não podem. Presumivelmente, você precisa de leis e tribunais para proteger os direitos de propriedade e fazer cumprir contratos; você precisa de um exército e alguma forma de dinheiro. Há também necessidades públicas que a empresa privada não pode atender de forma lucrativa ou eficiente.

ENTRE 1950 E 1973, O PIB MUNDIAL CRESCERU NO RITMO MAIS RÁPIDO DA HISTÓRIA, COM OS MAIS BAIXOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE DE RENDA

Oreskes e Conway nos dizem que Hayek “não era tão hostil aos programas de assistência social quanto muitas vezes é acusado de ser”.

Mas Hayek estava fazendo um argumento clássico de inclinação escorregadia. O planejamento é de cima para baixo e requer autoridade centralizada e, quaisquer que sejam os motivos dessa autoridade, isso inevitavelmente se transforma em totalitarismo. “Do idealista santo e obstinado ao fanático, muitas vezes é apenas um passo”, como ele disse. Ele acre-

ditava que o socialismo destrói o que ele via como um princípio básico da civilização ocidental: o individualismo. O estado de bem-estar pode manter as pessoas abrigadas e alimentadas, mas o custo é existencial. Não é apenas que as pessoas perderão sua liberdade—é que elas nem se importarão.

“O caminho da servidão” foi escrito em uma época de incerteza geopolítica. A possibilidade de um futuro totalitário, o “Poderia acontecer aqui?” pergunta, obcecado por muitos intelectuais—incluindo Karl Popper, Hannah Arendt, Isaiah Berlin e George Orwell, que revisou o livro de Hayek. Hayek está “provavelmente certo em dizer que neste país os intelectuais são mais totalitários do que as pessoas comuns”, escreveu Orwell. “Mas ele não vê, ou não admitirá, que um retorno à competição ‘livre’ significa para a grande massa de pessoas uma tirania provavelmente pior, porque mais irresponsável, do que o Estado.” O *New York Times* chamou “O caminho da servidão” de “um dos livros mais importantes da nossa geração”. Ele falou ao seu momento.

O livro de Friedman, por outro lado, parece ter sido quase comicamente errado. Ele o publicou em 1962, no meio do que o economista Robert Lekachman, em um livro amplamente lido publicado em 1966, chamou de “A Era de Keynes”. Os programas governamentais foram entendidos como essenciais para estimular o crescimento e manter a “demanda agregada”. Se as pessoas pararem de consumir, as empresas param de produzir, os trabalhadores são demitidos e assim por diante. Essa foi tomada como a lição da Grande Depressão e do New Deal: mais intervenção do governo, não menos.

No Reino Unido, o governo trabalhista do pós-guerra, como Hayek temia, nacionalizou as prin-

Reprodução

cipais indústrias e criou o Serviço Nacional de Saúde - "medicina socializada", como os oponentes o chamavam. Nos Estados Unidos, programas governamentais como a Previdência Social e o G.I. Bill eram extremamente populares, e enormes atos de gastos foram aprovados. A Lei de Rodovias de Defesa Nacional e Interestadual de 1956 autorizou a construção do sistema de rodovias interestaduais, facilitando o comércio interestadual e reduzindo os custos de transporte. A Lei de Educação de Defesa Nacional de 1958 injetou dinheiro federal na educação. Em 1964, o Congresso proibiria a discriminação racial e de gênero no emprego. Um ano depois, criaria o Medicare e o Medicaid. Os gastos do governo mais do que dobraram entre 1950 e 1962. Enquanto isso, a principal taxa de imposto marginal nos Estados Unidos e no Reino Unido estava próxima de 90%.

Foi um pesadelo neoliberal—e, no entanto, entre 1950 e 1973, o PIB mundial cresceu no ritmo mais rápido da história. Os Estados Unidos e a Europa Ocidental experimentaram taxas notavelmente altas de crescimento e baixos níveis de desigualdade de riqueza – na verdade, as mais baixas em qualquer lugar a qualquer momento. Em 1959, a taxa de pobreza nos Estados Unidos era de 22%; em 1973, era de 11%. Também foi um período de "libertação". As pessoas se sentiam livres, encenavam sua liberdade e queriam mais dela. Eles não deveriam se sentir assim. Eles deveriam ser passivos e dependentes. Não teria parecido um momento propício para escrever um ataque completo ao governo.

E ainda assim Friedman escreveu um, e ele não deu socos. "Capitalismo e Liberdade" começa com uma resposta desdenhosa ao Discurso Inaugural de John F. Kennedy. "O paternalista 'o que seu



RADICAL Contra a presença do Estado, Thomas Friedman admitiu que o governo pode melhorar a qualidade de vida das pessoas e os serviços

país pode fazer por você", escreveu Friedman, "implica que o governo é o patrono, o cidadão a ala, uma visão que está em desacordo com a crença do homem livre em sua própria responsabilidade por seu próprio destino". (Claro, Kennedy disse que os americanos não deveriam perguntar o que seu país poderia fazer por eles. Mas não importa. É esse tipo de livro).

Friedman forneceu uma lista de coisas às quais se opunha: controle de aluguel, leis de salário mínimo, regulamentação bancária, Comissão Federal de Comunicações, o programa de Previdência Social, requisitos de licenciamento ocupacional, "chamados" de habitação pública, o recrutamento militar, estradas com pedágio operadas publicamente e parques nacionais.

Mais tarde no livro, ele se manifestou contra as leis antidiscriminação (que ele comparou às leis nazistas de Nuremberg: se o governo pode dizer quem você não deve discriminar, ele pode dizer quem você deve discriminar), sindicatos (monopólios anticompetitivos), escolas públicas (onde os contribuintes são obrigados a financiar cursos sobre "tecelagem de cestas") e o imposto. Ele argumentou que um imposto sobre herança não é mais justo do que

um imposto sobre talentos seria. Herança e talento são acidentes de nascimento. Por que é justo tributar o primeiro e não o segundo?

Muito no livro de Friedman ecoa Hayek. (De 1950 a 1972, ambos ensinaram na Universidade de Chicago, Friedman no Departamento de Economia e Hayek no Comitê de Pensamento Social). "Uma sociedade que é socialista não pode ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual", diz Friedman. E: "A liberdade econômica é... um meio indispensável para a conquista da liberdade política".

Como Hayek, Friedman conjurou a perda do individualismo. Sim, ele admitiu, os programas e regulamentos do governo podem melhorar a qualidade de vida e aumentar o nível de desempenho dos serviços sociais localmente, mas, no processo, eles "substituiriam o progresso pela estagnação" e "substituiriam a mediocridade uniforme pela variedade essencial para essa experimentação que pode trazer os adiados de amanhã acima da média de hoje".

Essencialmente, "Capitalismo e Liberdade" é um argumento para a privatização. O livre mercado é um sistema de preços: alinha a oferta e a demanda e atribui aos bens e serviços seu preço apro-

priado. Se o Estado quiser entrar no negócio de, digamos, benefícios de aposentadoria, deve ter que competir em igualdade de condições com os provedores rivais. Deve haver um mercado em planos de aposentadoria. As pessoas devem ser livres para escolher um, e igualmente livres para escolher nenhum.

Friedman teve algumas ideias engenhosas sobre maneiras de usar a abordagem de mercado – por exemplo, permitindo que os investidores paguem mensalidades universitárias em troca de uma porcentagem dos ganhos futuros de um aluno. Ele pensou que a segregação escolar poderia ser corrigida por um sistema de vouchers que permitisse aos pais escolher para qual escola enviar seus filhos.

“Como esse livro radical e incrível—que quer dizer não credível—vende tão bem?” perguntam Oreskes e Conway. E fez meio milhão de cópias, com traduções para dezoito idiomas. Uma razão foi a energia promocional de Friedman. Ele se tornou um dos intelectuais públicos mais proeminentes da época. Ele escreveu uma coluna para a *Newsweek* e, entre 1966 e 1984, publicou mais de 400 artigos de opinião. Em 1980, com sua esposa, Rose, ele produziu um programa de televisão de dez partes chamado “Free to Choose”, transmitido pela PBS.

Um episódio faz com que ele explique como um lápis surge. Os materiais – madeira, grafite, borracha, metal – são produzidos de forma independente em países de todo o mundo. Como eles se reúnem para fazer um lápis? “Não havia comissário enviando ordens de algum escritório central”, diz Friedman, acenando com um lápis. “Foi a magia do sistema de preços”. Seus espectadores podem não ter certeza exatamente do que era “o sistema de preços”, mas foi um show-and-tell legal. E eles sabiam o que era um comissário. Ninguém

gosta de comissário.

Outra razão pela qual o livro de Friedman sobreviveu à era de Keynes é que o Departamento de Economia de Chicago se estabeleceu bem no mundo acadêmico. Vários de seus professores durante o tempo de Friedman também ganhavam Prêmios Nobel, incluindo George Stigler e Gary Becker, cujas opiniões estavam intimamente aliadas às de Friedman.

Surgiu algo chamado Escola de Chicago, identificada como a força intelectual por trás de uma

A VERDADEIRA RAZÃO PELA QUAL O FUNDAMENTALISMO DO MERCADO PREVALECEU FOI QUE O BOOM DO PÓS-GUERRA CHEGOU AO FIM

abordagem microeconômica às ciências sociais, que explica muito comportamento em termos de “preço” (um dos livros de Becker é chamado de “A Abordagem Econômica ao Comportamento Humano”) e o movimento de direito e economia na jurisprudência. Este trabalho não foi propaganda, mas, como Oreskes e Conway dizem, deu credibilidade intelectual à propaganda pró-negócios.

A Escola de Chicago teve seu pai fundador: Adam Smith. Friedman tinha uma gravata Adam Smith; Stigler usava uma cami-

seta Adam Smith. Como Glória M. Liu explica em sua história da recepção de Smith nos Estados Unidos, “Adam Smith's America” (Princeton), os habitantes de Chicago “reimaginaram Smith como o autor original do mecanismo de preços”. Isso envolveu esculpir as partes do pensamento de Smith que não se encaixam na tese. “‘Interresse próprio’ e a ‘mão invisível’”, diz Liu, passaram a significar “uma maneira completa de pensar sobre a sociedade como sendo organizada através das ações naturais, automáticas e autogeradas de atores econômicos individuais”.

Oreskes e Conway concordam. Eles apontam que quando Stigler produziu uma “Riqueza das Nações” resumida, nos anos 50, ele omitiu a maioria das passagens em que Smith defende a regulamentação de indústrias onde a busca descontrolada de interesse próprio pode causar danos sociais. O setor bancário foi um deles. O que Oreskes e Conway chamam de “americanização” de Adam Smith o reduziu ao tropo da mão invisível.

Na verdade, a frase “mão invisível” aparece apenas uma vez nas mil páginas de “A Riqueza das Nações”. Smith usa a metáfora para caracterizar os meios pelos quais um ato de busca de lucro egoísta pode servir a um bem social. (Essa ideia já havia sido apresentada em “A Fábula das Abelhas”, de Bernard Mandeville, publicado em 1714.) O livro de Smith, publicado em 1776, pretendia se opor a uma estratégia econômica predominante na Grã-Bretanha do século 18 – o sistema nacionalista e protecionista do mercantilismo – explicando como o livre comércio e a divisão do trabalho criam mais riqueza nacional. Ele estava escrevendo antes que a Revolução Industrial realmente começasse ou que o conceito moderno de capitalismo se tornasse. É um anacronismo lê-lo como se ele estivesse

contrariando Keynes.

Stigler chamou “A Riqueza das Nações” de um “palácio estúpido erguido sobre o granito do interesse próprio”. Mas Smith não achava que os mercados são sempre autorreguladores, e ele não achava que as pessoas são sempre auto-interessadas. A primeira frase de seu outro grande trabalho, “A Teoria dos Sentimentos Morais”, diz: “Por mais egoísta que o homem possa ser suposto, há evidentemente alguns princípios em sua natureza, que o interessam na fortuna dos outros e tornam sua felicidade necessária para ele, embora ele não tire nada dela, exceto o prazer de vê-la”. (Becker poderia ter chamado isso de “preço sombra”. Há certas coisas que fazem as pessoas se sentirem melhores ou piores consigo mesmas, e esses sentimentos são fixados no preço do bem ou serviço que estão comprando. Para um economista de livre mercado, o preço está sempre certo.)

A verdadeira razão pela qual o fundamentalismo do mercado prevaleceu não foi que ele ganhou a guerra de ideias. Foi que o boom do pós-guerra chegou ao fim. A economia começou a ir para o sul no início dos anos 70, com o embargo de petróleo e a recessão de 1973-74, durante a qual o índice Dow perdeu 45% de seu valor. Tornou-se proibitivamente caro pedir dinheiro emprestado. Em 1980, a taxa principal, a taxa de juros que os bancos cobram de seus clientes mais dignos de crédito, havia ultrapassado de 20% (estava 2,25% em 1950), e a inflação era de cerca de 14%. A taxa de desemprego aumentou de 3,5% em 1969 para 10,8% em 1982. A economia americana estava presa na “estagflação”: alta inflação e baixo crescimento.

Nixon, Ford, Carter—parecia que nenhuma administração sabia como parar o sangramento. Os gastos do governo e as altas

taxas marginais de impostos, que pareciam funcionar bem nos anos 60, agora pareciam impedimentos para a recuperação. A abordagem da Escola de Chicago ganhou força. Ainda assim, como o historiador Daniel T. Rodgers aponta em “Age of Fracture”, sua história intelectual do período, “o quebra-cabeça da época não é que os conceitos econômicos tenham se movido para o centro do debate social; o enigma é que uma ideia tão abstrata e idealizada de ação de mercado eficiente deveria ter

QUANDO STIGLER PRODUZIU UMA “RIQUEZA DAS NAÇÕES” RESUMIDA, OMITIU QUE ADAM SMITH DEFENDIA A REGULAMENTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

surgido em meio a tanta imperfeição do mercado do mundo real”.

Ajudou que, em 1980, um verdadeiro crente fosse eleito presidente. Ronald Reagan havia sido convertido em teologia de livre mercado durante os anos que passou como porta-voz da General Electric, de 1954 a 1962, não apenas hospedando o “General Electric Theatre”, transmitido todos os domingos no horário nobre na CBS, mas pregando o evangelho da livre empresa e a magia dos mercados para os trabalhadores

das fábricas da G.E. em todo o país.

“O governo não é a solução para o nosso problema”, disse ele em seu Discurso Inaugural. “O governo é o problema.” Essas foram frases que os autores de “O caminho da servidão” e “Capitalismo e Liberdade” viveram para ouvir. O Reino Unido, sob Margaret Thatcher, empreendeu uma revisão paralela da economia do estado de bem-estar — mais áspera lá, já que havia mais para Thatcher desfazer.

Uma das primeiras coisas que Reagan fez como presidente foi quebrar o sindicato dos controladores de tráfego aéreo, cujos membros, funcionários federais, haviam entrado em greve. Ele demitiu os grevistas e o sindicato foi descertificado. Ainda assim, embora o espírito pró-mercado de Reagan estivesse disposto, sua carne política era fraca. Ele passou o maior aumento de impostos em tempo de paz da história americana, não conseguiu eliminar nenhuma grande agência governamental e acrescentou quase US\$ 2 trilhões à dívida nacional. Mas ele implantou na mente do eleitorado a ideia de que a liberdade empresarial é liberdade pessoal. Em 1988, ele concedeu a Medalha Presidencial da Liberdade a Milton Friedman.

Como Oreskes e Conway apontam, a desregulamentação realmente começou sob Jimmy Carter, antecessor de Reagan. Carter, às vezes com o apoio do arquiliberal Edward M. Kennedy, desregulamentou a indústria aérea, ferrovias e caminhões. A desregulamentação continuou depois que Clinton foi eleito, em 1992. “A era do grande governo acabou”, ele anunciou. “A autoconfiança e o trabalho em equipe não são virtudes opostas—devemos ter as duas”. No Reino Unido, o governo de Tony Blair assumiu a mesma abordagem. Juntos, Blair e Clinton

promoveram uma abordagem neoliberal ao comércio internacional, o início do que agora chamamos de globalização.

Em 1993, o Congresso ratificou o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Em 1996, aprovou a Lei de Telecomunicações, abrindo o negócio de comunicações. E em 1999 revogou parte da Lei Glass-Steagall, um estatuto da Era da Depressão que proibia os bancos comerciais de se unirem a empresas de valores mobiliários (“bancos de investimento”).

Essas políticas foram realizadas na crença de que a liberação de mercados aumenta a produtividade e a concorrência, reduzindo os preços, e que os mercados se regulam com mais eficiência do que os administradores. Mas alguns de seus efeitos não intencionais ainda podem ser sentidos hoje. O Nafta teve um impacto positivo líquido nas economias dos signatários – Canadá, México e Estados Unidos – mas também facilitou a realocação de fábricas americanas para o México, onde a mão de obra é mais barata, causando sérios danos sociais e econômicos a certas áreas dos EUA. É provável que muitos eleitores de Donald Trump fossem pessoas, ou filhos de pessoas, cujas vidas e comunidades foram interrompidas pelo nafta.

A Lei de Telecomunicações incluiu uma cláusula, Seção 230, imunizando os operadores da web da responsabilidade por conteúdo de terceiros postado em seus sites. As consequências são bem conhecidas. E o enfraquecimento de Glass-Steagall, juntamente com o relaxamento da supervisão bancária do presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, foi culpado pela crise financeira de 2008 e pela Grande Recessão que se seguiu, uma crise que Oreskes e Conway estimam que custa ao público US\$ 23 trilhões de dólares.

No entanto, a era neoliberal

difícilmente foi um triunfo para a abordagem de Friedman. As políticas pró-mercado eram geralmente misturadas com o financiamento estadual e a direção do governo. Clinton pode ter subscrito muitos princípios neoliberais, mas uma das primeiras iniciativas que sua administração tentou foi uma reforma do sistema de saúde, onde o governo deveria dar a cada cidadão um “cartão de segurança de saúde” – o que parece muito com a medicina socializada.

Tanto o Nafta quanto a Lei de Telecomunicações contêm muitos

É O ESTADO QUE CRIA O ESPAÇO NO QUAL A LIBERDADE ECONÔMICA PODE SER EXERCIDA. SEM GOVERNO, A COERÇÃO, E NÃO A LIBERDADE, É A NORMA

requisitos regulatórios. O governo está supervisionando como os negócios são feitos, não apenas se afastando. Tal como acontece com a liberdade de expressão e a liberdade de religião, é o Estado que cria o espaço social no qual a liberdade econômica pode ser exercida. Sem governo, estamos em um estado de natureza, onde a coerção, não a liberdade, é a norma.

Há um estranho ponto cego em “O Grande Mito”. Os autores são exaustivos ao desmascarar a

visão fundamentalista da “magia do mercado” (embora os fundamentalismos não sejam difíceis de desmascarar, e muitas de suas críticas sejam familiares). Mas o que os exerce especialmente é a equação dos propagandistas pró-negócios feita entre mercados livres e liberdades políticas—“a afirmação de que a América foi fundada em três princípios básicos e interdependentes: democracia representativa, liberdade política e livre iniciativa”. Oreskes e Conway chamam isso de “uma reivindicação fabricada”. É?

Como eles apontam, não há menção à livre iniciativa na Constituição. Mas há menções à propriedade, e quase todos os desafios à interferência do governo na economia se deparam com o conceito de direito à propriedade. Os fundadores eram altamente sensíveis a essa questão. Eles não apenas tornaram o conceito de propriedade privada compatível com o conceito de direitos políticos; eles fizeram da própria propriedade um direito político. E vice-versa: os direitos eram propriedade pessoal. “Como se diz que um homem tem direito a sua propriedade”, escreveu James Madison, “pode-se dizer igualmente que ele tem uma propriedade em seus direitos”.

Assim, a Quinta Emenda prevê que “nenhuma pessoa deve ser... privada de vida, liberdade ou propriedade, sem o devido processo legal”. Como o resto da Declaração de Direitos, isso foi originalmente entendido como se aplica apenas ao governo federal, mas a Décima Quarta Emenda, ratificada em 1868, também a aplicou aos estados, e os tribunais invocaram a cláusula de “devido processo” dessa emenda para proteger todos os tipos de direitos fundamentais que não são especificados na Declaração de Direitos – como o direito à privacidade. Esta é a doutrina judicial conhecida como “due process substantive”.

Os lobistas pró-negócios estavam, portanto, completamente corretos ao definir a livre iniciativa, pelo que significavam a liberdade de fazer o que gostavam com sua propriedade, como uma liberdade política. Nas primeiras décadas do século 20, a Suprema Corte usou o devido processo substantivo para derrubar atos e programas do governo que incomodaram o direito de propriedade e o que o Tribunal chamou de “liberdade de contrato”—incluindo leis de salário mínimo, regulamentos de segurança do trabalhador e vários programas do New Deal. O tratamento da propriedade privada como um direito político não foi algo sonhado por Friedrich Hayek ou pela Associação Nacional de Fabricantes. É, para o bem ou para o mal, parte do tecido da sociedade americana.

Mas essa liberdade política não é absoluta. Os Fundadores eram hábeis em equilibrar uma concessão de autoridade com uma contrabalança. Quando a Suprema Corte – sob pressão de Franklin Roosevelt, que ameaçou empacotar o tribunal – fez uma reviravolta no New Deal, em 1937, tinha outro mecanismo legal à sua disposição. O Artigo I da Constituição dá ao Congresso o poder “para regular o Comércio com Nações estrangeiras, e entre os vários Estados, e com as Tribos Indígenas”.

Esta é a “cláusula de comércio”, que, desde a época de John Marshall, tem sido amplamente interpretada para dar ao Congresso o poder de regular praticamente tudo relacionado ao comércio interestadual. Através da cláusula comercial, os tribunais começaram a dar ao Congresso novos poderes, abrindo caminho para os programas e políticas do liberalismo de meados do século. A autoridade constitucional para as disposições antidiscriminação da Lei dos Direitos Civis de 1964 é a cláusula de

comércio. Você não pode contar a história da guerra dos negócios contra o governo sem levar em conta esse contexto legal. O devido processo e a cláusula comercial foram as armas com as quais os antagonistas lutaram e, como geralmente acontece, a Suprema Corte teve a última palavra.

O que o neoliberalismo fez? No lado positivo do livro-razão: em 1980, cerca de 43% do mundo vivia em extrema pobreza (pela definição do Banco Mundial), e hoje o número é de cerca de 8%. A globalização tirou 1 bilhão de humanos da pobreza em apenas 40 anos. E você possui muitos itens domésticos, como baterias e camisetas, que foram fabricados em países comunistas—China e Vietnã—e que eram muito baratos. Novas partes do mundo, notavelmente o Leste e o Sul da Ásia, agora são atores econômicos. O conhecimento tecnológico não é mais um monopólio das potências do Primeiro Mundo.

Entre os débitos: a desregulamentação, que deveria estimular a concorrência, não diminuiu a tendência ao monopólio. Apesar da Lei de Telecomunicações, apenas três empresas—Verizon, T-Mobile e AT&T—fornecem 99% de internet e telefonia. Seis empresas dominam a mídia nos Estados Unidos: Comcast, Disney, Warner Bros. Discovery, Paramount Global, Fox Corporation e Sony. A publicação de livros nos Estados Unidos é dominada pelos chamados Big Five: Hachette, HarperCollins, Macmillan, Penguin Random House e Simon & Schuster. A indústria da música é dominada por apenas três players corporativos: as divisões de música Universal, Sony e Warner.

Os peixes grandes, com suas pilhas de capital, continuam engolindo os peixinhos. Os Big Five agora seriam os Big Four se o

acordo da Penguin Random House para adquirir a Simon & Schuster não tivesse sido considerado uma violação da lei antitruste no outono passado. Das 12 empresas mais valiosas do mundo, oito das quais são empresas de tecnologia, todas são monopólios ou quase monopólios.

E, como Martin Wolf enfatiza em sua crítica altamente informada e inteligente à economia global, “A Crise do Capitalismo Democrático” (Penguin Press), a desigualdade está em toda parte. No nível da empresa: em 1980, os CEOs receberam cerca de quarenta e duas vezes mais do que o funcionário médio; em 2016, receberam trezentos e quarenta e sete vezes mais. No nível de toda a sociedade: os 3 milhões de pessoas que compõem o mais rico 1% dos americanos valem coletivamente mais do que os 291 milhões que compõem os 90% inferiores.

É o aumento da desigualdade instigado pelo sistema neoliberal que representa a ameaça mais imediata para a sociedade civil. Wolf duvida se os Estados Unidos ainda serão uma democracia em funcionamento no final da década. De qualquer forma, o sol se pôs no neoliberalismo. Ambas as partes se aproximaram de algo como mercantilismo; a linguagem do mercado perdeu sua magia.

“Bidenomics” envolve imensos gastos do governo; enquanto isso, um novo quadro – protecionistas, capitalistas de compadrio, etnonacionalistas e provinciais sociais e culturais – está reescrevendo plataformas partidárias. Os republicanos criticam ansiosamente a Big Tech e se chocam com corporações “acordadas”, mais com a intenção de lutar uma guerra cultural do que de defender o comércio. As pessoas costumavam orar pelo fim do neoliberalismo. Infelizmente, é assim que parece. •



O SINDICATO SOBREVIVEU À INVESTIDA NEOLIBERAL

Há 42 anos, os EUA assistiram ao ataque da Casa Branca ao movimento sindical, no início da ascensão dos falcões contra o estado de bem estar social. Reagan derrubou a greve no setor aéreo. Mas o movimento está vivo e forte

No início de agosto de 1981, nos Estados Unidos, uma greve de 48 horas seria usada como exemplo pelos defensores do neoliberalismo desbragado. A categoria de controladores de voo começou no dia 3 uma paralisação que se pretendia total, para reivindicar melhores salários e condições de trabalho. No mesmo dia, a administração de Ronald Reagan interveio, afastou de pronto aproximadamente 13 mil controladores de voo civis em greve e colocou técnicos militares para ocupar suas vagas.

A greve foi esmagada, muitos participantes seriam duramente castigados pelos anos seguintes, o sindicato foi proscrito e a maioria da mídia planetária apresentaria o episódio como o caso do movimento sindical combativo. Eram os tempos do warfare, termo empregado entusiasticamente como contraponto ao welfare, o estado de bem-estar social. Mas a turbulência não era o fim da história. Depois de alguns duros anos, a categoria se reorganizou e hoje seu sindicato a representa nas negociações coletivas junto ao poder público.

Aquele movimento tinha os pés no chão, não foi construído no ímpeto. Os controladores de voo negociaram a pauta de reivindicações ao longo de sete meses junto à agência federal de aviação, sem sucesso. Desde alguns anos, o setor vinha passando por um processo de enxugamento. Em 1977, houve uma operação-padrão de advertência, cobrando reajustes salariais aprovados, mas não cumpridos, e reivindicando reestruturação dos processos de

trabalho. Ainda naquele mesmo ano, uma greve tentou alertar a sociedade para os riscos da diminuição do número de pilotos - de três para dois - nas cabines dos jatos comerciais.

A greve de 1981, prevista para durar até 5 de agosto, reivindicava aumento salarial de 10 mil dólares por ano, redução da jornada semanal de 40 para 32 horas e aposentadoria aos 20 anos de serviço contínuo. À época, 89% dos controladores de voo abandonavam a carreira antes de se aposentar. Do restante, 40% se aposentavam por causa de doenças do trabalho. A automação e a crescente velocidade das operações de voo, somadas ao aumento do tráfego aéreo, eram um risco para todos, alegava o sindicato.

Houve um erro de cálculo político por parte do sindicato, no entanto. A organização, tradicionalmente próxima ao Partido Democrata, havia apoiado a candidatura do republicano Reagan. O presidente anterior, o democrata Jimmy Carter, era acusado de ter permitido o sucateamento do setor e ainda carregava em sua bagagem o fracasso de uma tentativa de reforma sindical, derrotada no Congresso em 1978.

Já eleito, o ex-ator Reagan chegou a solicitar ao secretário do Trabalho, Roberto Poli, em ofício, que atendesse ao sindicato que o apoiara, no que foi ignorado. A administração republicana foi orientada a sufocar o movimento. A inspiração vinha da Inglaterra, onde a primeira-ministra Margaret Thatcher liderava a radicalização de um programa de Estado mínimo, que incluía a limitação do poder dos sindicatos, por meio de restrições legais.

Dois anos após a greve dos controladores de voo nos Es-

tados Unidos, a Dama de Ferro enfrentou longa greve dos mineiros ingleses, derrotada após 16 meses de luta, diante de uma primeira-ministra inflexível. A dupla Thatcher-Reagan passou para a história como heróis do neoliberalismo e da diminuição do Estado.

Os controladores de voo estadunidenses não recuaram em 1981, mantendo manifestações públicas em diferentes cidades do país. Retomaram sua organização formal apenas em 1987, com a criação de um novo sindicato, o NATCA (National Air Controllers Association). A entidade seria novamente reconhecida para negociar acordos coletivos com a agência nacional de aviação apenas em 1996, após aprovação de lei no Congresso.

Desde então, o sindicato participa das negociações. No país da tão decantada Constituição enxuta, acordos trabalhistas são amplos, detalhados e ocupam centenas de páginas, à disposição para consultas no site do Departamento do Trabalho. O NATCA participa também da elaboração de políticas para o setor, como o plano de promoção de segurança em voos construído em conjunto com o governo, em 2009.

Atualmente com quase 16 mil associados, o sindicato representa a categoria que trabalha no setor público. Controladores aéreos em atividade, segundo dados da entidade, são 10.600. O NATCA afirma serem necessários mais de 14 mil, e demanda novas contratações no setor. Filiado à central AFL-CIO, o sindicato já informou que no ano que vem renovará o apoio à candidatura democrata para as eleições presidenciais. Desta vez os controladores não querem perder a rota. •

12 de agosto de 1931

DECRETO NACIONALIZA O TRABALHO NO BRASIL

O governo Getúlio Vargas baixa decreto que nacionaliza o trabalho em todo o território nacional. Apenas um terço dos empregados poderá ser de trabalhadores estrangeiros. Essa determinação valeu para todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias e firmas comerciais e industriais que explorassem qualquer ramo de comércio ou indústria, inclusive concessões dos governos federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e do então território do Acre.

11 de agosto de 1944

SOCIEDADE AMIGOS DA AMÉRICA É FECHADA

A Polícia do Distrito Federal, sob o comando de Coriolano de Góis, proíbe a cerimônia de posse de Osvaldo Aranha na vice-presidência da Sociedade dos Amigos da América e fecha a entidade. Indignado, o chanceler entrega a Getúlio sua renúncia ao Ministério das Relações Exteriores. O governo perde, assim, um hábil negociador, amigo dos norte-americanos. A entidade, fundada pelo general Manuel Rabelo em dezembro de 1942, tinha caráter antifascista e congregava elementos do governo favoráveis aos Aliados e setores oposicionistas liberais, incluindo os comunistas. Era um dos mais importantes elementos de pressão sobre o governo em defesa da democratização e da criação da Força Expedicionária Brasileira. Seus membros acumulavam forças e já se preparavam para exigir a redemocratização do país quando terminasse a Segunda Guerra Mundial.



11 de agosto de 1937

ESTUDANTES DECIDEM CRIAR A UNE

Universitários de todo o país, reunidos no 1º Conselho Nacional de Estudantes, realizado na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, decidem fundar um órgão máximo de representação estudantil: a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Desde a realização do I Congresso da Juventude Operária-Estudantil, em setembro de 1934, os estudantes alentavam a ideia da criação de um órgão nacional para representar seus interesses e colaborar na luta pela modificação da realidade brasileira.

A radicalização política e a repressão que se seguiu à promulgação da Lei de Segurança Nacional, no ano seguinte, levaram ao adiamento da iniciativa. Finalmente, com o término da vigência do estado de guerra e a libertação de presos políticos determinada pelo ministro Macedo Soares, o Conselho Nacional dos Estudantes resolveu retomá-la.

Ficou definido que a criação da UNE seria formalizada

no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, marcado para dezembro de 1938. A entidade seria formada a partir da união de todas as organizações estudantis brasileiras a ela filiadas.

Para não atizar a repressão e respeitar as diferenças ideológicas dos estudantes, divididos entre democratas, antifascistas, comunistas e integralistas, optou-se por definir, como objetivo da entidade, "congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses". Foram deixadas de lado questões políticas nacionais.

O 2º Congresso seria instalado em 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio, com a presença de representante do Ministério da Educação. Getúlio Vargas foi escolhido presidente de honra, e os interventores estaduais, membros da Comissão de Honra. Na solenidade de encerramento, em cerimônia presidida pelo ministro Gustavo Capanema, o gaúcho Valdir Ramos Borges foi eleito o primeiro presidente da entidade.

Reprodução

11 de agosto de 1954

MILITARES INSTALAM A 'REPÚBLICA DO GALEÃO'

O chefe da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, chega ao quartel da PM para dar seu primeiro depoimento sobre o atentado ao jornalista Carlos Lacerda. Nesse momento, a sublevação militar já é um fato. Na véspera, a oficialidade da Força Aérea Brasileira (FAB) se reunira no Clube da Aeronáutica e fizera do brigadeiro Eduardo Gomes seu comandante informal.

Em seguida, o brigadeiro e oficiais da Marinha e do Exército pediram ao ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, que obrigasse Getúlio a renunciar. Mais tarde, o próprio Lacerda procuraria Zenóbio para convencê-lo a dar o golpe. Ele recusou as propostas.

No final do dia 10, o próprio ministro da Aeronáutica, Nero Moura, levaria a Getúlio a exigência de Eduardo Gomes de que as apurações fossem conduzidas por um Inquérito Policial Militar (IPM). O presidente aceitou-a. Estava tenso e deprimido com as revelações de que, nos porões do palácio do Catete, o chefe de sua guarda pessoal havia comandado um rendoso tráfico de influência que ele até então desconhecia.

O IPM inauguraria a "República do Galeão" – referência à base aérea que serviria como sede da investigação do assassinato do major Rubens Florentino Vaz, no desastrado atentado contra Lacerda.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



13 de agosto de 1961

URSS MANDA ERGUER MURO E DIVIDIR BERLIM

As fronteiras entre os lados ocidental e oriental de Berlim são fechadas por ordem do governo soviético. De forma dramática – separando casas, famílias e amigos – e sem aviso, um muro começa a ser erguido.

Começava então a construção do Muro de Berlim, que dividiria a cidade e se converteria no principal símbolo da Guerra Fria. O bloqueio tinha a intenção de interromper a migração de alemães-orientais da parte socialista da cidade (oriental) para a capitalista (ocidental).

Desde 1945, a cidade alemã vinha sendo alvo de disputas entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Meses após a assinatura do armistício, reuniram-se Stálin (líder soviético), Clement Attlee (primeiro-ministro do Reino Unido) e Harry Truman (presidente dos Estados Unidos) na Conferência de Potsdam, cujo tema central foi a divisão administrativa da Alemanha derrotada.

Na ocasião, decidiu-se pela divisão do país em quatro zonas militares, administradas por Fran-

ça, Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos. Berlim, situada 150 quilômetros dentro da zona de ocupação soviética – encravada na Alemanha Oriental, portanto –, também seria subdividida em quatro setores sob a administração de comandantes militares das potências vencedoras.

Depois da conferência, o abismo político se aprofundou; Berlim foi cercada pelos soviéticos em 1948, em represália ao plano Marshall – política norte-americana de assistência econômica aos países aliados na guerra.

Stálin interrompeu o tráfego para Berlim ocidental, sob o argumento de que não poderia haver presença capitalista no interior da zona soviética. A alternativa encontrada para abastecer de mantimentos e combustíveis a resistência na região foi por via aérea.

Em 1949, decidiu-se pela criação da República Federal da Alemanha (RFA), capitalista, e da República Democrática Alemã (RDA), sob orientação comunista. A queda do muro, em 1989, simbolizaria a derrocada do comunismo soviético.



8 de agosto de 1977

CARTA DOS JURISTAS EXIGE DEMOCRACIA

Em ato público na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no largo São Francisco, o jurista Goffredo da Silva Telles Júnior lê documento redigido por ele, defendendo o retorno do país ao Estado de Direito. O documento intitulado “Carta aos Brasileiros” foi subscrito por centenas de advogados, professores, jornalistas e intelectuais, de variado espectro político, confrontando a ditadura militar, que seguia sob o comando de Ernesto Geisel.

A “Carta aos Brasileiros” demonstrou que o repúdio à ditadura alcançava setores cada vez mais amplos, inclusive personalidades que haviam apoiado o golpe de 1964. No texto,

Goffredo ironizou o conceito de “democracia relativa” utilizado pelo general Ernesto Geisel para definir o regime político do país: “Para nós, a ditadura se chama ditadura e a democracia se chama democracia. Os governantes que dão o nome de democracia à ditadura nunca nos enganaram e não nos enganarão. (...) A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito, já”.

Em 2022, uma nova carta de juristas em defesa da democracia ultrapassa 1 milhão de assinaturas. O documento foi lido em ato no dia 11 de agosto, em plena campanha presidencial, como resposta aos ataques do governo Bolsonaro.

10 de agosto de 1967

A UNE MOSTRA A CARA E DESAFIA A DITADURA

É realizado na clandestinidade o 29º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Valinhos, interior de São Paulo. Luís Travassos é eleito presidente da entidade. O encontro foi encerrado com um comício-relâmpago na praça da Sé, no centro da capital paulista.

Em breve discurso, Travas-

os disse que os universitários estavam de parabéns: tinham conseguido eleger a nova diretoria da UNE, discutir com os estudantes brasileiros a Carta Política da entidade e realizar um ato público de encerramento do congresso. O comício na Sé foi um desafio da UNE à sua proibição pela ditadura.

12 de agosto de 1983

COM TIRO NO ROSTO, MORRE A MARGARIDA

Pistoleiros matam com um tiro no rosto Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. As denúncias de abusos e desrespeito aos direitos dos trabalhadores, feitas por Margarida Alves, resultaram no seu assassinato, encomendado por fazendeiros. Margarida tornou-se um símbolo da luta das mulheres camponesas. Desde o ano 2000, sempre em agosto, Contag e o MST realizam em Brasília a Marcha das Margaridas.

12 de agosto de 1983

PAÍS DESCOBRE A TRAGÉDIA DA SECA

Cerca de cem flagelados da seca do município de Itapipoca ocupam o Palácio da Luz, sede do governo do Ceará, pedindo comida. Dois dias depois, 5 mil flagelados invadem e saqueiam a sede da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) em Canindé (CE), levando alimentos e dinheiro. Além da fome, os flagelados se revoltavam contra as ações do governo federal, que privilegiavam os grandes proprietários de terra.

8 de agosto de 1986

MILITARES QUEREM A BOMBA ATÔMICA

Ricardo Stuckert

O jornal *Folha de S.Paulo* revela a existência de instalações subterrâneas na Serra do Cachimbo, no Pará, que oficialmente se destinariam à guarda segura do lixo atômico oriundo da usina de Angra dos Reis (RJ). Entretanto, o local seria usado também para a realização de testes para a construção de equipamentos bélicos, como bombas de fragmentação, foguetes e mísseis convencionais – e a própria bomba atômica, com a qual alguns segmentos militares sonharam durante a ditadura. O presidente José Sarney foi taxativo ao negar o envolvimento de seu governo com o projeto. Entretanto, nos anos seguintes, o Ministério da Aeronáutica confirmaria a existência do campo de testes.

MILGOR

ENQUANTO ISSO, NA SERRA DO CACHIMBO, NO SUL DO PARÁ...



7 de agosto de 2006

SANCIONADA A LEI MARIA DA PENHA

O presidente Lula sanciona a Lei 11.340/2006, com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Construído a partir de ampla discussão com a sociedade civil, o projeto, de autoria do Executivo, vinha tramitando no Congresso desde 2004.

A lei homenageava, em seu nome, Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica que lutou durante 20 anos, em instâncias nacionais e internacionais, para que seu agressor fosse punido.

Alguns dos mais importantes avanços da nova lei foram a ampliação do conceito de violência

contra a mulher – ao incluir, por exemplo, a violência psicológica e moral –, a instauração de medidas protetivas de afastamento cautelares do agressor e a proibição de penas meramente monetárias – acabando com a prática de estabelecer a doação de cestas básicas como pena, recorrente entre juízes de família.

No mês seguinte à sanção, a Lei Maria da Penha finalmente entraria em vigor. Pelo menos 100 mil mandados de prisão seriam expedidos, e mais de 300 mil mulheres seriam salvas de agressões entre 2006 e 2014, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

12 de agosto de 1987

A POPULAÇÃO PARTICIPA ATIVAMENTE DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Realiza-se no Salão Negro do Congresso Nacional um ato público com mais de 2 mil pessoas para a entrega conjunta de propostas de emendas populares à nova Constituição. Foram apresentadas 122 emendas, subscritas por aproximadamente 12 milhões de signatários, numa experiência inédita de participação popular na vida constitucional brasileira.

Logo depois da instalação da Assembleia Constituinte, em janeiro, as entidades favoráveis à participação popular na elaboração da nova Carta haviam conseguido uma importante vitória: a inclusão no Regimento Interno de dispositivo que previa a apresentação de emendas populares, subscritas por no mínimo 30 mil eleitores, desde que endossadas por três entida-

des legalmente constituídas. Três parlamentares apresentaram a proposta: Mário Covas (PMDB), Brandão Monteiro (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O regimento previa ainda a possibilidade de que um representante dos signatários de cada emenda fizesse uma defesa oral da proposta no plenário da Assembleia Constituinte.



VANGUARDA Julio Barroso era o líder da Gang 90 & As Absurdettes e inovou ao incorporar a linguagem da new wave novaioquina ao rock brasileiro

A “NIUEIVE” BRASILEIRA

Três discos mudaram a cara do pop em 1983, pouco antes mesmo do tal do rock brazuca dar as caras. Foi quando Ritchie, Lulu Santos e a Gang 90 lançaram discos combinando apelo pop e sonoridades novas que se tornaram clássicos instantâneos, chacoalhando a sisuda música popular brasileira

Bia Abramo

Em 1982, quem estivesse procurando rock ou pop de extração nacional nas rádios brasileiras, teria de se esforçar muito. No ranking das 100 músicas nacionais e internacionais mais tocadas daquele ano, até que tinha, por exemplo, Rita Lee em sua encarnação cor-de-rosa choque, emplacando dois sucessos

entre os cinco primeiros lugares – “Banho de Espuma”, em primeiro e “Saúde”, em quinto. No 14º, um hit da banda Blitz, “Você Não Soube Me Amar”.

De resto, dá-lhe standards do soft rock gringo, algum soul, muita MPB de várias gerações e influência, entremeados a uma espécie de revival da Jovem Guarda ou de reatualização do brega, encarnada em compositores como Dalto, Sérgio Mallandro, Gretchen etc.

Um ano depois, tudo tinha mudado: nos dez primeiros lugares, veríamos “Menina veneno”, de Ritchie na primeira posição, “Como uma onda”, de Lulu Santos na quarta e “Nosso Louco Amor”, da Gang 90 & Absurdettes na décima. E isso em 1983, ano em que ninguém menos do que Michael Jackson tinha “voltado” aos holofotes lançando “Thriller” em grande estilo e já emplacado duas faixas (“Billie Jean” e “Beat It”, na segunda po-

sição e na sétima posição – como a Focus Brasil trouxe na edição 77, de dezembro de 2022.

Esse breve exame de “mais tocadas” de quatro décadas atrás sinaliza uma mudança clara de perspectiva e de sensibilidade de um certo gosto médio na música brasileira. Depois de pelo menos década e meia de hegemonia da tríade samba/MPB/brega como (quase) o único parâmetro de produção de música no Brasil, aqui e ali começava a aparecer uma inquietude mais roqueira e internacionalizada que se traduziu, nesse primeiro momento e num nível de popularidade considerável nesses três nomes: Ritchie, Lulu Santos e Gang 90 & Absurdettes.

Em estreias – Ritchie, com “Vôo de Coração”, e a Gang, com o disco “Essa Tal de Gang 90” – ou não – “O Ritmo do Momento” era o segundo disco de Lulu Santos –, essa turma vinha com uma sonoridade mais angulosa, mais colada no que acontecia “lá fora” e com um tratamento pop, entre o irônico e o ingênuo, completamente diferente do que se tentava até então.

Isso faz de 1983 um ano-marco da new wave brasileira, o que, por sua vez, só foi possível tanto por causa da emergência do punk nos anos anteriores, sobretudo em São Paulo, como pela sensação

causada pela Blitz com o disco “As Aventuras da Blitz”.

A banda carioca, formada em torno da agitação cultural dos bares de rock da Zona e do Circo Voador na Lapa, era uma espécie de coletivo anárquico que reunia músicos, atores e atrizes, além de performers – entre eles, os músicos Lobão e Arnaldo Brandão, além do ator Perfeito Fortuna, do grupo teatral Asdrúbal Trouxe o Trombone.

Os shows da banda no Rio de Janeiro, no Circo ou no Noites Cariocas, lotavam, o clipe de “Você Não Soube Me Amar” foi parar nas emissoras de televisão e, quando o primeiro LP foi gravado quase à toque de caixa em 1982 – como lembrou a Focus 43, em janeiro de 2022, a faixa que contava a história de uma paquera que deu errado se tornou um hit instantâneo.

Embora precursora e divertida, a Blitz não conseguiu ultrapassar a pecha de sensação de uma temporada. Por sua vez, a seriedade em tons escuros e anárquicos do punk, a precariedade das gravações independentes e autofinanciadas e o alarme que a agressividade musical e estética daqueles garotos e garotas vestidos de preto, com coturnos e cabelos espetados, causava, inclusive nas forças policiais, não os tornava palatáveis para as rádios e televisões, o que

ainda era a maneira de atrair públicos mais amplos. Basta lembrar que o primeiro grande festival de bandas punk em São Paulo, no Sesc Pompeia, acabou com pancadaria e detenções, só por conta do temor que as bandas atraíssem gangues ao entorno do bairro de classe média.

O que acontece com Ritchie, Lulu e a Gang, no ano seguinte, no entanto, pavimenta um percurso de formação de público que vai dar, em última instância, na explosão do chamado rock brasileiro a partir de 1984, inclusive com a notoriedade de uma banda originalmente punk, o Legião Urbana, formado a partir da experiência mais radical de Renato Russo à frente do Aborto Elétrico. Ou seja, o synth pop de Ritchie, as baladas roqueiras com sabor de reggae e ska de Lulu e a novidade poética e musical do pós-punk da Gang 90 abriram caminho para que as sonoridades mais estranhas de Paralamas, Titãs e Legião encontrassem um público ávido por novidades e, sobretudo, por se sentir mais sintonizado com o que acontecia na Inglaterra e nos EUA pelo menos desde 1977.

O disco “Vôo de Coração” de Ritchie, um inglês radicado no Rio desde os anos 1970, era o que mais se aproximava de um disco de tecnopop entre os três. Com levada simpática, enfeixava canções cuja aparente leveza tinham por trás de si uma construção instrumental toda particular – e que soava nova, excitante, urbana.

“Menina Veneno”, “A Vida tem Dessas Coisas”, “Pelo Interfone” falavam de um Rio de Janeiro urbano, solar, pleno de encontros casuais, quase furtivos (“Não esqueci seu nome, seu rosto, sua voz/ Outro dia, eu te vi numa tarde tão veloz/ Você passou no circular pela praia do Leblon/ Corri atrás, tarde demais, perdi a condição”). Mais que nas canções individuais, que entra-

Divulgação



POP PERFEITO Ritchie veio para o Brasil ainda nos anos 70 e, dez anos depois, virou um artista popular em todo o país



HITMAKER Lulu Santos foi um dos precursores do novo momento da música popular brasileira, ainda que tenha começado a carreira nos anos 70

ram nas paradas (e algumas delas continuam até hoje), "Vôo de Coração" era um disco que introduzia também um padrão de produção fonográfica que destoava do senso comum das gravadoras e do estilo de Lincoln & Olivetti que, de certa maneira, pasteurizavam o som da MPB.

Em "O Ritmo do Momento", Lulu Santos fazia uma ponte praiana em um conjunto de baladas entre o romântico e o sexy ("*Mas você pode ter certeza/ Nosso amor/ É quase sempre perfeito/ Porque eu só faço com você/ Só quero com você/ Só gosto com você/ Adivinha o quê?*"), com levadas ora tributárias do blues mais melódico, ora de um reggae mais suave, e muita, mas muita personalidade de seu frontman, que encarnou a figura do roqueiro sedutor, com um pé ainda na cultura hippie e outro na (quase) recém-chegada cultura dos surfistas, grupo para o qual compôs um de seus grandes hits até hoje, "Como uma Onda"(Zen-Surfismo).

Como Ritchie, Lulu despontou nos anos 1980 para a carreira

solo depois de um certo tempo de estrada. Ambos estavam na banda de rock progressivo Vímana, que ainda tinha a participação de Lobão e Patrick Moráz, ex-tecladista do Yes e chegaram a participar, com a banda, do primeiro Rock in Rio de 1975.

Das três bandas que mudaram a cara do pop brasileira em 1983, a Gang 90 era a mais claramente new wave, a mais experimental e a única paulistana. Liderada pelo poeta Júlio Barroso, que viu de perto a emergência da cena novaioquina quando morou na cidade no final dos anos 1970, a Gang reuniu músicos das mais variadas origens: de Wander Taffo, do Rádio Táxi, até Sandra Coutinho, das Mercenárias, passando por Tavinho Fialho e Gigante Brasil, que orbitavam em torno das bandas da vanguarda paulista – Tavinho foi da banda de Arrigo Barnabé, Gigante Brasil era da Isca de Polícia que acompanhava Itamar Assumpção.

A Gang 90 se inspirou claramente nos B-52's, a banda norte-americana que melhor encarnou a new wave, combinando

um certo ar rockabilly, vocais estridentes, quase gritados, e muito peso dançante. Barroso e acrescentava a essa fórmula letras entre o nonsense e o puro apelo pop, além de um raro senso de espetáculo, plasmado no trio de backing vocals, as Absurdettes (Alice Pink Pank, May East e Lonita Renaux).

O disco "Essa Tal de Gang 90", que emplacou pelo menos dois sucessos, "Nosso Louco Amor" e "Pelo Telefone", foi o único do qual Júlio participaria – ele morreu aos 30 anos, em 1984, quando ele e sua então namorada, a guitarrista e compositora Taciana Barros, se preparavam para remontar a banda e gravar o segundo disco. A banda prosseguiria com Taciana pela década de 80 adentro.

A janela aberta por esses três discos essenciais de 1983 não fecharia mais. Por meios diversos, o que Ritchie, Lulu Santos e a Gang 90 estavam dizendo, em suas canções, havia um jeito autônomo, brasileiro e diverso de pensar e fazer música, que viria ser a tônica dali por diante. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA